



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 056/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO SRP nº 016/2025

COM RESERVA DE COTAS E ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E/OU EQUIPARADAS.

NOTA: No presente processo licitatório, aqueles itens que forem exclusivos para ME, EPP ou Equiparadas, será aplicado o Decreto Municipal nº 33/2025, ou seja, os itens exclusivos para ME/EPP/equiparados (art. 48, I e III, da LC 123/2006) serão exclusivos para empresas localizadas nos municípios limítrofes e demais municípios localizados até 300 KM da sede do Município de Buenópolis. Tal medida visa promover o desenvolvimento econômico e social local e regional.

Regramento: Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar Federal 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal 01/2025, Portaria Municipal 23/2025, além de todas as demais condições dispostas no edital. A justificativa para o critério acima exposto encontra-se pormenorizada no estudo técnico preliminar, anexo a este edital.

Link de acesso aos Decretos: <https://www.buenopolis.mg.gov.br/categoria-de-arquivo/decretos/decretos-2025/>

1. PREÂMBULO.

1.1. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS**, CNPJ 17.694.852.0001-29, por meio de seu Pregoeiro (Portaria 23/2025) e Equipe de Apoio, com endereço na Rua Ataliba Pereira, 99, Centro, CEP 39.230-000, Buenópolis - MG, na forma da Lei Federal 14.133/2021, **TORNA PÚBLICO** a realização de licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 056/2025**, através de objeto de **natureza comum** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, em modo de disputa **ABERTA**.

1.2. A licitação será realizada através do sistema eletrônico de licitações. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o www.portaldecompraspublicas.com.br. Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, conforme datas e horários definidos abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 08:59 horas do dia 23/07/2025.

ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA: às 09:00 horas do dia 23/07/2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 23/07/2025.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

1.3. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Buenópolis (<https://www.buenopolis.mg.gov.br/>), no Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br) e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Buenópolis, em dias e horários de expediente. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como, no site eletrônico oficial.

1.4. A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado.

1.5. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2- OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção em geral, em atendimento às secretarias municipais do Município de Buenópolis/MG**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. **Poderão participar** deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

3.1.1. Os itens com valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e os itens correspondentes a conta de 25% (vinte e cinco por cento), de que trata o art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar Federal 123/2006, serão exclusivos para empresas sediadas em municípios localizados até 300 KM de distância do município de Buenópolis, Decreto Municipal nº 33/2025, art. 1º, § 3º.

3.1.2. Os itens exclusivos para MPEs poderão ser arrematados pelas empresas de ampla concorrência desde que não tenham sido objeto de propostas por MPEs e que as empresas de ampla concorrência tenham apresentado propostas para estes itens.

3.1.2. As cotas de até 25% (vinte e cinco por cento) reservadas para empresas enquadradas como ME, ou EPP, quando não houver vencedor, poderão ser adjudicadas ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

3.1.3. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá correr pelo menor preço.

3.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.2.1. Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.2.3. Empresa impedida de licitar e contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.4. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;

3.2.5. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

3.2.6. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021;

3.3.6.1. Entende-se por "participação indireta" a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.3.7. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.3.8. Empresa que se encontre em processo de dissolução ou falência; em caso de recuperação judicial e/ou extrajudicial na forma da Lei Federal 11.101/2005 ou norma específica, a pessoa jurídica poderá participar deste procedimento mediante a apresentação de documento expedido pela autoridade competente que autorize a empresa de participar de licitações e de contratar com o Poder Público (TCEMG. Processo [1107652](#) - Denúncia. Relator Cons. Wanderley Ávila. Deliberado em 24/6/2023. Publicado no DOC em 21/7/2023);

3.3.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

3.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

3.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

- 3.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 3.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;
- 3.5.6. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (inciso I, do art. 63, da Lei 14.133/2021);
- 3.5.7. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, prevista em lei e em outras normas específicas (inciso IV, do art. 63 da Lei 14.133/2021);
- 3.5.8. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis Trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta (§ 1º, do art. 63, da Lei 14.133/2025).
- 3.5.9. Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- 3.5.10. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.5.11. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
- 3.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 3.7. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Ato Convocatório, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo o Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de **02 (dois) dias úteis**.

4.1.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do Certame.

4.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o proponente/licitante que não o fizer até o **terceiro dia útil** que anteceder à data de realização da sessão pública, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

5.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

5.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

5.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

6.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. Os documentos complementares, que apenas venham atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, será admitida em sede de diligência para saneamento dos documentos de habilitação e/ou propostas, no prazo de **2 (duas) horas** fixado pelo responsável pelo certame, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação. Será aplicado o entendimento do Tribunal de Contas da União: *"Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Juntada. Diligência. Princípio da isonomia. É lícita a admissão da juntada de documentos, em atendimento a diligência, durante as fases de classificação ou de habilitação, que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame (art. 64, inciso I, da Lei 14.133/2021), sem que isso represente afronta aos princípios da isonomia e da igualdade entre as licitantes."* Acórdão 602/2025 Plenário (Representação, Relator Ministro Antônio Anastasia).

6.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.9.1. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do Pregoeiro, via sistema.

6.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.11. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no **"chat"** a nova data e horário para a continuidade da mesma.

6.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

7 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do lote e/ou seus itens;

7.1.2. Marca dos produtos ofertados.

7.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.7. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

7.8. Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.

8 - DOS DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,05 (cinco centavos)**.

8.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a um segundo e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a um segundo, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

8.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

8.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

8.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

8.28.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

- 8.28.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
- 8.28.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 8.28.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- 8.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos ou prestados por:
- 8.29.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 8.29.2. empresas brasileiras;
- 8.29.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.29.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 8.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.30.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 9.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.
- 9.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 9.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 9.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;
- 9.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

9.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8.1. Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

9.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

9.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo "chat".

9.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO.

10.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

10.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

10.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

10.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à habilitação técnica.

10.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

10.4. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

11 . HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

12.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

12.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à **Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

12.5. Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

12.6. Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

12.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

13.1. **Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida dentro do prazo de **90 (noventa) dias** anteriores à data de realização do Pregão, de acordo com inciso II do artigo 31 da Lei Federal 8.666/93. No caso de recuperação judicial, documento comprovando possibilidade da pessoa jurídica participar de licitações e contratar com a Administração Pública;

13.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

14. DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES

14.1. **DECLARAÇÃO UNIFICADA**, conforme **Anexo V**, na qual consta: Declaração que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório; Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição. Declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; O licitante organizado em cooperativa deverá apresentar declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021; O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, sociedade cooperativa ou agricultor familiar deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021; Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; Esta última declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Nota 01 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Nota 02 - Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Acórdão 602/2025, Plenário, Relator Ministro Antônio Anastasia), de maneira admitir "a juntada de documentos, em atendimento a diligência, durante as fases de classificação ou de habilitação, que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame (art. 64, inciso I, da Lei 14.133/2021)". O prazo para cumprimento de diligência será de até dois dias úteis.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES QUANTO A HABILITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

15.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

15.2. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

15.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

15.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

15.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

15.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

15.7. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

15.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

16. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

17.1. Para julgamento, será adotado o critério MENOR PREÇO, observados o valor máximo aceitável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

17.2. O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/menor vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.

17.3. Se a proposta de menor valor/menor vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

17.4. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerá o último e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

17.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

17.6. Serão rejeitadas as propostas que:

17.6.1. Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

17.6.2. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro.

17.7. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.

17.7.1. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

17.8. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

17.9. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

18. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

18.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 HORAS** ou outro prazo determinado pelo pregoeiro, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

18.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

18.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

18.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

18.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

18.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

18.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

18.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

18.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

18.7. Pregoeiro, considerando a simplicidade do objeto/procedimento, poderá dispensar o licitante classificado do envio de proposta realinhada na forma do item 18.1 deste edital

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

19.3. A ata de registro de preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços e publicada no Diário Oficial do Município.

19.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

19.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

19.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

19.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

20.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

20.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

20.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

20.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

20.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

20.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

20.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

20.3.1. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

20.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

20.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

21. DO RECURSO

21.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

21.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

21.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

21.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

22. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

22.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

22.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

22.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

22.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

22.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

22.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

22. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

22.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

22.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

23. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

23.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

24. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

24.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

24.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, Ata de Registro de Preços ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

24.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, Ata de Registro de Preços ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) úteis dias, a contar da data de seu recebimento.

24.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

24.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

24.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se a relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

24.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

24.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

24.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

24.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

24.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

24.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

24.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

25. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

25.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

26. DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

26.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência.

27. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

27.1. Consta da minuta do contrato e ata de registro de preços anexos ao presente edital.

28. DO PAGAMENTO.

28.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

29. DA FISCALIZAÇÃO

29.1. As regras acerca da fiscalização são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

30. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

30.1. As regras acerca das sanções administrativas são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

31. DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1. Homologada a licitação, o adjudicatário receberá autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.

31.2. Caso o adjudicatário não execute o objeto deste certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para execução do objeto.

31.3. É facultado ao **PREGOEIRO** ou a **AUTORIDADE COMPETENTE**, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

31.4. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução do fornecimento, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

31.5. Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em executar o objeto dentro do prazo estabelecido neste edital caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas

31.6. Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

31.7. Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/2021, especialmente nos seus artigos 137 a 139.

31.8. A autoridade competente poderá, nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, art. 125 da Lei 14.133/2021.

31.9. A contratação dos itens requisitados deverá ser precedida da requisição específica.

31.10. É vedado à **contratada** subcontratar parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração; é vedada a subcontratação total do objeto.

31.11. A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

31.12. A Administração poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

31.13. Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo Pregoeiro pelo endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

31.14. Integram o Presente Edital:

a) **Anexo I** – Termo de Referência;

b) **Anexo II** – Minuta do Contrato;

c) **Anexo III** – Minuta da Ata de Registro de Preços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

c) **Anexo IV** - Proposta Comercial;

d) **Anexo V** - Declaração Unificada.

31.15. Interessados poderão adquirir cópia do Edital via download do arquivo através do Portal Eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> ou <https://www.buenopolis.mg.gov.br/>

31.16. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado configura automático e incondicional aceitação de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

31.17. No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

31.18. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

31.19. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, art. 59, § 2º, c/c art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

31.20. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Código Penal Brasileiro.

31.21. O Contratante reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

31.22. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

31.23. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Entidade promotora desta licitação, nos dias úteis, das 08h às 16:30h, ou pelo telefone (38) 3756-1418 e e-mail: bue_licitacao@yahoo.com.br. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

Buenópolis - MG, 24 de junho de 2025.

Jovan Divino Figueiredo

Pregoeiro Oficial



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção em geral, em atendimento às secretarias municipais do Município de Buenópolis/MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR ESTIM.	PART. AMPLA
0001	ABRAÇADEIRA ELETRODUTO 3/4	UNIDADE	500,00	1,59	NÃO
0002	ADAPTADOR 20 X 1/2	UNIDADE	100,00	5,24	NÃO
0003	ADAPTADOR 25 X 3/4	UNIDADE	100,00	3,18	NÃO
0004	ADAPTADOR COLA E ROSCA 50MM ÁGUA	UNIDADE	100,00	10,03	NÃO
0005	ADAPTADOR COM FLANGE 50MM X 11/2	UNIDADE	100,00	14,68	NÃO
0006	ADAPTADOR CURTO 60MM X 2	UNIDADE	60,00	8,74	NÃO
0007	ADAPTADOR CURTO COM ROSCA ÁGUA 40 X 1 1/4	UNIDADE	100,00	3,46	NÃO
0008	ADAPTADOR PARA CAIXA DÁGUA VEDAÇÃO 20 X 1/2	PEÇA	100,00	10,45	NÃO
0009	ADAPTADOR PARA CAIXA DÁGUA VEDAÇÃO 32 X 1	PEÇA	100,00	16,91	NÃO
0010	ADAPTADOR PARA CAIXA DÁGUA VEDAÇÃO 50 X 1 1/2	PEÇA	100,00	18,64	NÃO
0011	ADAPTADOR PARA VÁLVULA TANQUE	PEÇA	50,00	23,15	NÃO
0012	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM ROSCA ÁGUA 32 X 1	PEÇA	100,00	4,69	NÃO
0013	ADESIVO PLÁSTICO 850G	UNIDADE	100,00	44,93	NÃO
0014	ADESIVO PLÁSTICO PVC 175 G	PEÇA	200,00	12,39	NÃO
0015	AGUARRÁS 900 ML .	UNIDADE	200,00	15,35	NÃO
0016	ALICATE AMPERIMETRO DIGITAL	UNIDADE	5,00	58,26	NÃO
0017	ALICATE CRIMPADOR PRENSA	UNIDADE	4,00	111,92	NÃO
0018	ALICATE DE CORTE EQUIVALENTE OU QUALIDADE SUPERIOR GEDORE	UNIDADE	4,00	56,09	NÃO
0019	ALICATE DESCASCADOR DE FIOS 3	UNIDADE	4,00	81,86	NÃO
0020	ALICATE DESCASCADOR GEDORE OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE.	UNIDADE	4,00	215,60	NÃO
0021	ARAME FARPADO 250 MTS .	ROLO	10,00	254,73	NÃO
0022	ARAME FARPADO 500 MTS .	ROLO	10,00	393,75	NÃO
0023	ARAME LISO Z 700 1000 MTS .	ROLO	100,00	669,86	NÃO
0024	ARAME LISO Z 700 250 MTS .	ROLO	100,00	795,90	NÃO
0025	ARAME LISO Z 700 500 MTS .	ROLO	100,00	380,07	NÃO
0026	ARAME RECOZIDO 1KG .	ROLO	500,00	39,53	NÃO
0027	AREIA FINA .	METRO CÚBICO	650,00	185,50	SIM
0028	AREIA FINA .	METRO CÚBICO	150,00	185,50	NÃO
0029	AREIA GROSSA LAVADA .	METRO CÚBICO	750,00	106,37	SIM
0030	AREIA GROSSA LAVADA .	METRO CÚBICO	250,00	106,37	NÃO
0031	ARGAMASSA AC1 20KG .	UNIDADE	100,00	13,66	NÃO
0032	ARGAMASSA AC2 20KG .	UNIDADE	40,00	24,32	NÃO
0033	ARGAMASSA AC3 20KG .	UNIDADE	60,00	31,02	NÃO
0034	ARRUELA 1/2 .	UNIDADE	500,00	2,32	NÃO
0035	ARRUELA 3/8 .	UNIDADE	500,00	0,52	NÃO
0036	ARRUELA 5/16 .	UNIDADE	500,00	0,39	NÃO
0037	ASPELADOR 1/2 1 MT	PEÇA	100,00	20,72	NÃO
0038	ASSENTO PARA VASO SANITÁRIO	UNIDADE	50,00	34,26	NÃO
0039	BACIA LAVATÓRIO DE LOUÇA COM COLUNA TAMANHO MÉDIO	UNIDADE	20,00	114,28	NÃO
0040	BACIA SANITARIA DECA OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE.	UNIDADE	20,00	303,95	NÃO
0041	BARRA DE FERRO 1/2 12MTS .	UNIDADE	120,00	86,93	NÃO
0042	BARRA DE FERRO 3/8 12MTS .	UNIDADE	120,00	69,22	NÃO
0043	BARRA DE FERRO 4.2 12MTS .	UNIDADE	120,00	12,33	NÃO
0044	BARRA DE FERRO 5.0 12MTS .	UNIDADE	120,00	17,02	NÃO
0045	BARRA DE FERRO 5/16 12MTS .	UNIDADE	120,00	41,51	NÃO
0046	BARRA DE FERRO 6.3 12MTS .	UNIDADE	120,00	25,94	NÃO
0047	BARRA ROSCADA 1/2 1MTS .	UNIDADE	120,00	14,17	NÃO
0048	BARRA ROSCADA 3/8 1MTS .	UNIDADE	120,00	6,93	NÃO
0049	BARRA ROSCADA 5/16 1MTS .	UNIDADE	120,00	7,43	NÃO
0050	BASE P/ RELE FOTOELÉTRICO C/ HASTE	UNIDADE	100,00	9,05	NÃO
0051	BLOCO CONCRETO VAZADO 10 .	UNIDADE	1.000	4,03	NÃO
0052	BLOCO CONCRETO VAZADO 15 .	UNIDADE	1.000	4,42	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

0053	BLOCO CONCRETO VAZADO 20 .	UNIDADE	1.000	5,05	NÃO
0054	BÓIA 1/2 PARA CAIXA D'ÁGUA (MATERIAL PVC)	UNIDADE	100,00	16,00	NÃO
0055	BÓIA 3/4 PARA CAIXA D'ÁGUA (MATERIAL PVC)	UNIDADE	30,00	19,75	NÃO
0056	BÓIA VAZÃO TOTAL MATERIAL DE METAL BOCA 1/2	UNIDADE	30,00	66,75	NÃO
0057	BÓIA VAZÃO TOTAL MATERIAL DE METAL BOCA 3/4	UNIDADE	30,00	143,61	NÃO
0058	BOQUILHA DE LOUÇA	UNIDADE	200,00	6,33	NÃO
0059	BRAÇO PARA CHUVEIRO EM INOX TAMANHO 40 CM	UNIDADE	60,00	78,36	NÃO
0060	BRITA 0 .	METRO CÚBICO	100,00	210,72	NÃO
0061	BRITA 1 .	METRO CÚBICO	600,00	225,40	SIM
0062	BRITA 1 .	METRO CÚBICO	200,00	225,40	NÃO
0063	BROXA QUADRADA PARA APLICAÇÃO DE CAL .	UNIDADE	300,00	8,38	NÃO
0064	BROXA REDONDA PARA APLICAÇÃO DE CAL .	UNIDADE	300,00	5,08	NÃO
0065	BUCHA PARAFUSO Nº10 .	UNIDADE	600,00	0,79	NÃO
0066	BUCHA PARAFUSO Nº8 .	UNIDADE	600,00	0,72	NÃO
0067	BUCHA PARA TORNEIRA DE 1/2	UNIDADE	100,00	2,38	NÃO
0068	BUCHA REDUÇÃO PARA ESGOTO 50 X 40	UNIDADE	60,00	2,82	NÃO
0069	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA PARA ÁGUA 25 X 20	UNIDADE	60,00	0,57	NÃO
0070	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA 25 X 20 PARA ÁGUA	UNIDADE	60,00	1,10	NÃO
0071	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA 32 X 20 PARA ÁGUA	UNIDADE	60,00	2,73	NÃO
0072	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA 40 X 25 PARA ÁGUA	UNIDADE	60,00	3,54	NÃO
0073	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA 50 X 32 PARA ÁGUA	UNIDADE	60,00	5,42	NÃO
0074	CABO ALUMINIO DUPLEX 16MM (01 POSITIVO E 01 NEGATIVO)	METRO	600,00	3,90	NÃO
0075	CABO ALUMINIO QUADRUPLIX 16MM (03 POSITIVO E 01 NEGATIVO)	METRO	500,00	7,24	NÃO
0076	CABO ALUMINIO TRIPLEX 16MM (02 POSITIVO E 01 NEGATIVO)	METRO	500,00	5,97	NÃO
0077	CABO CCI 0,50MMX2 100 MTS	UNIDADE	10,00	75,88	NÃO
0078	CABO DE COBRE NU 6MM PARA ATERRAMENTO.	METRO	200,00	6,55	NÃO
0079	CABO DUPLEX (01 POSITIVO E 01 NEGATIVO) 10 MM	METRO	2.000	3,31	NÃO
0080	CABO FLEXÍVEL 10MM	METRO	600,00	12,03	NÃO
0081	CABO FLEXÍVEL 1,5MM	METRO	2.500	2,65	NÃO
0082	CABO FLEXÍVEL 16 MM.	METRO	600,00	12,27	NÃO
0083	CABO FLEXÍVEL 2,5 MM	METRO	2.500	3,01	NÃO
0084	CABO FLEXÍVEL 25 MM.	METRO	300,00	25,00	NÃO
0085	CABO FLEXÍVEL 35MM	METRO	150,00	28,87	NÃO
0086	CABO FLEXÍVEL 4 MM	METRO	2.500	4,00	NÃO
0087	CABO FLEXÍVEL 50MM	METRO	150,00	53,95	NÃO
0088	CABO FLEXÍVEL 6MM:	METRO	2.500	5,65	NÃO
0089	CABO PP 2 X 1,5MM 100 MTS	UNIDADE	20,00	9,40	NÃO
0090	CABO P.P. 2 X 2,5MM	METRO	1.000	5,79	NÃO
0091	CABO PP 2 X 4MM 100 MTS	UNIDADE	20,00	9,16	NÃO
0092	CABO PP 6MM X 3 (TRIPOLAR)	UNIDADE	1.000	13,53	NÃO
0093	CABO TRIPLEX (02 POSITIVO E 01 NEGATIVO) 10MM	METRO	1.000	3,71	NÃO
0094	CAIBRO ROLIÇO EUCALIPTO TRATADO 3,20 X 10 - 12 CM .	PEÇA	250,00	80,95	NÃO
0095	CAIBRO ROLIÇO EUCALIPTO TRATADO 3,20 X 12 - 14 CM .	UNIDADE	250,00	96,30	NÃO
0096	CAIBRO ROLIÇO EUCALIPTO TRATADO 3,20 X 14 - 16 CM .	UNIDADE	200,00	121,95	NÃO
0097	CAIBRO ROLIÇO EUCALIPTO TRATADO 3,20 X 16 - 18 CM .	UNIDADE	200,00	169,95	NÃO
0098	CAIBRO ROLIÇO EUCALIPTO TRATADO 3,20 X 18 - 20 CM .	UNIDADE	200,00	265,45	NÃO
0099	CAIBRO ROLIÇO EUCALIPTO TRATADO 3,20 X 6 - 8 CM.	UNIDADE	200,00	35,95	NÃO
0100	CAIBRO ROLIÇO EUCALIPTO TRATADO 3,20 X 8 - 10 CM .	UNIDADE	200,00	56,20	NÃO
0101	CAIXA D'ÁGUA 250 LITROS POLIETILENO .	UNIDADE	30,00	266,33	NÃO
0102	CAIXA D'ÁGUA 320 LITROS POLIETILENO .	UNIDADE	30,00	267,20	NÃO
0103	CAIXA D'ÁGUA 500 LITROS POLIETILENO .	UNIDADE	30,00	305,64	NÃO
0104	CAIXA D'ÁGUA TANQUE 10.000 LITROS POLIETILENO .	UNIDADE	10,00	6.527,97	NÃO
0105	CAIXA D'ÁGUA TANQUE 1.000 LITROS POLIETILENO .	UNIDADE	30,00	495,60	NÃO
0106	CAIXA D'ÁGUA TANQUE 20.000 LITROS POLIETILENO .	UNIDADE	5,00	13.593,61	SIM
0107	CAIXA D'ÁGUA TANQUE 20.000 LITROS POLIETILENO .	UNIDADE	1,00	13.593,61	NÃO
0108	CAIXA D'ÁGUA TANQUE 2.000 LITROS POLIETILENO .	UNIDADE	30,00	1.401,34	NÃO
0109	CAIXA D'ÁGUA TANQUE 5.000 LITROS POLIETILENO .	UNIDADE	20,00	2.777,05	NÃO
0110	CAIXA DE DESCARGA PARA VASO SANITÁRIO COMPLETA: CAIXA DE DESCARGA PARA VASO SANITÁRIO COMPLETA (DESCARGA PVC COM BÓIA E PUXADOR, VÁLVULA DE VEDAÇÃO + CANO 0,40 ESGOTO PARA ESCOAMENTO DE ÁGUA)	UNIDADE	10,00	178,90	NÃO
0111	CAIXA DE GORDURA 40 X 40	UNIDADE	10,00	148,57	NÃO
0112	CAIXA DE PLÁSTICO P/ INTERRUPTOR BASE ELÉTRICA (4 X 2)	UNIDADE	100,00	2,04	NÃO
0113	CAIXA PARA TOMADA ELÉTRICA 2X4	UNIDADE	500,00	1,55	NÃO
0114	CAIXA SIFONADA 10 X 10	UNIDADE	60,00	23,07	NÃO
0115	CAIXA SIFONADA 15 X 15	UNIDADE	60,00	37,23	NÃO
0116	CAL PARA PINTURA 7KG .	UNIDADE	500,00	14,07	NÃO
0117	CANAleta PARA FIO (LARGURA: 2 CM)	UNIDADE	100,00	5,22	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

0118	CANAleta SISTEMA X COM DUPLA FACE 20MMX10MMX2MT	UNIDADE	100,00	5,65	NÃO
0119	CAPS 100MM PARA ESGOTO	UNIDADE	50,00	7,20	NÃO
0120	CAPS 20MM SOLDADAVEL	UNIDADE	50,00	0,65	NÃO
0121	CAPS 40MM PARA ESGOTO	UNIDADE	50,00	2,73	NÃO
0122	CAPS 40MM SOLDADAVEL	UNIDADE	50,00	2,56	NÃO
0123	CAPS 50MM PARA ESGOTO	UNIDADE	50,00	2,92	NÃO
0124	CAPS 75MM PARA ESGOTO	UNIDADE	50,00	4,89	NÃO
0125	CARRINHO DE MÃO CHAPA Nº 20	UNIDADE	30,00	285,15	NÃO
0126	CERAMICA PI5 PISO DIVERSOS TAMANHOS	METRO QUADRADO	2.000	32,45	NÃO
0127	CERAMICA REVESTIMENTO DIVERSOS TAMANHOS	METRO QUADRADO	2.000	28,95	NÃO
0128	CHAVE MAGNÉTICA P/ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE 30 AMPERES	UNIDADE	5,00	276,67	NÃO
0129	CHUVEIRO DUCHA LORENZETE 110/V OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE.	UNIDADE	30,00	112,53	NÃO
0130	CHUVEIRO DUCHA LORENZETE 220/V OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE.	UNIDADE	30,00	113,06	NÃO
0131	CHUVEIRO ELÉTRICO 5400W 110V 4 TEMPERATURAS	UNIDADE	20,00	119,63	NÃO
0132	CHUVEIRO ELÉTRICO 5500X220V	UNIDADE	20,00	77,26	NÃO
0133	CIMENTO CP IV SC 50KG .	UNIDADE	6.094	30,04	SIM
0134	CIMENTO CP IV SC 50KG .	UNIDADE	2.031	30,04	NÃO
0135	COLUNA PRONTA 3/8 6MTS .	UNIDADE	100,00	151,46	NÃO
0136	COLUNA PRONTA 5 /16 6MTS .	UNIDADE	100,00	107,36	NÃO
0137	CONDULETE EM ALUMINIO L 3/4	UNIDADE	200,00	8,63	NÃO
0138	CONDULET EM ALUMINIO MULTIPLO	UNIDADE	200,00	7,40	NÃO
0139	CONECTOR BIMETÁLICO 10MM	UNIDADE	100,00	6,74	NÃO
0140	CONECTOR BIMETÁLICO 16MM	UNIDADE	100,00	8,33	NÃO
0141	CONECTOR BIMETÁLICO 25MM	UNIDADE	100,00	8,86	NÃO
0142	CONECTOR BIMETÁLICO 35MM	UNIDADE	100,00	10,36	NÃO
0143	CONECTOR BIMETÁLICO 50MM	UNIDADE	100,00	21,14	NÃO
0144	CONECTOR BIMETÁLICO 95MM	UNIDADE	100,00	18,24	NÃO
0145	CONECTOR DE SAIDA CONDULET 3/4	UNIDADE	100,00	1,49	NÃO
0146	CONECTOR PIRANHA GARRA	UNIDADE	100,00	28,42	NÃO
0147	CONTADOR 16 A MODELO 3TF-42	UNIDADE	5,00	185,46	NÃO
0148	CONTADOR 22 A MODELO 3TF-43	UNIDADE	5,00	127,28	NÃO
0149	CONTADOR 32 A MODELO 3TF-43	UNIDADE	20,00	158,66	NÃO
0150	CONTADOR 32 A MODELO 3TF-44	UNIDADE	10,00	219,23	NÃO
0151	CURVA 90° 32 MM PARA ÁGUA SOLDÁVEL	UNIDADE	100,00	6,76	NÃO
0152	CURVA LONGA 100 MM ESGOTO	UNIDADE	100,00	24,69	NÃO
0153	CURVA PARA ELETRODUTO BOLSA 25MM X 90°	UNIDADE	100,00	3,96	NÃO
0154	CURVA PARA ELETRODUTO BOLSA 32MM X 90°	UNIDADE	100,00	3,59	NÃO
0155	CURVA P/ELETRODUTO TIPO S 25MM	UNIDADE	100,00	4,14	NÃO
0156	CURVA P/ELETRODUTO TIPO S 32MM	UNIDADE	100,00	5,69	NÃO
0157	DESEMPENADEIRA LISA .	UNIDADE	100,00	21,53	NÃO
0158	DISJUNTOR BIPOLAR 10 AMPERES MODELO NEMA (PRETO)	UNIDADE	50,00	100,59	NÃO
0159	DISJUNTOR BIPOLAR 15 AMPERES MODELO NEMA (PRETO)	UNIDADE	50,00	34,89	NÃO
0160	DISJUNTOR BIPOLAR 20 AMPERES MODELO NEMA (PRETO)	UNIDADE	50,00	61,23	NÃO
0161	DISJUNTOR BIPOLAR 25 AMPERES MODELO NEMA (PRETO)	UNIDADE	50,00	57,41	NÃO
0162	DISJUNTOR BIPOLAR 30 AMPERES MODELO NEMA (PRETO)	UNIDADE	50,00	55,70	NÃO
0163	DISJUNTOR BIPOLAR 35 AMPERES MODELO NEMA (PRETO)	UNIDADE	50,00	41,51	NÃO
0164	DISJUNTOR BIPOLAR 40 AMPERES MODELO NEMA (PRETO)	UNIDADE	50,00	62,84	NÃO
0165	DISJUNTOR BIPOLAR 50 AMPERES MODELO NEMA (PRETO)	UNIDADE	50,00	65,06	NÃO
0166	DISJUNTOR BIPOLAR 60 AMPERES MODELO NEMA (PRETO)	UNIDADE	50,00	84,93	NÃO
0167	DISJUNTOR BIPOLAR 90 A MODELO NEMA (PRETO)	UNIDADE	50,00	101,03	NÃO
0168	DISJUNTOR TRIPOLAR 100 A MODELO NEMA (PRETO)	UNIDADE	50,00	153,10	NÃO
0169	DISJUNTOR TRIPOLAR 60 A	UNIDADE	50,00	84,47	NÃO
0170	DISJUNTOR TRIPOLAR 70 AMPERES	UNIDADE	50,00	80,67	NÃO
0171	DISJUNTOR UNIPOLAR 10 AMPERES MODELO NEMA (PRETO)	UNIDADE	50,00	17,30	NÃO
0172	DISJUNTOR UNIPOLAR 15 AMPERES MODELO NEMA (PRETO)	UNIDADE	50,00	16,15	NÃO
0173	DISJUNTOR UNIPOLAR 25 AMPERES MODELO NEMA (PRETO)	UNIDADE	50,00	8,44	NÃO
0174	DISJUNTOR UNIPOLAR 30 AMPERES MODELO NEMA (PRETO)	UNIDADE	50,00	28,00	NÃO
0175	DISJUNTOR UNIPOLAR 35 AMPERES MODELO NEMA (PRETO)	UNIDADE	50,00	42,03	NÃO
0176	DISJUNTOR UNIPOLAR 40 AMPERES MODELO NEMA (PRETO)	UNIDADE	50,00	28,04	NÃO
0177	DISJUNTOR UNIPOLAR 50 AMPERES MODELO NEMA (PRETO)	UNIDADE	50,00	15,48	NÃO
0178	DISJUNTOR UNIPOLAR 70 A MODELO NEMA (PRETO)	UNIDADE	50,00	22,40	NÃO
0179	DUCHA CHUVEIRAO (AGUA FRIA)	UNIDADE	20,00	38,74	NÃO
0180	ELETRODUTO 3/4 PEÇA	UNIDADE	500,00	17,24	NÃO
0181	ELETRODUTO GALVANIZADO PESADO 1":	UNIDADE	150,00	35,91	NÃO
0182	ELETRODUTO GALVANIZADO PESADO 3/4:	UNIDADE	150,00	45,90	NÃO
0183	ELETRODUTO PVC 11/2 ROSCA	UNIDADE	500,00	19,13	NÃO
0184	ELETRODUTO PVC BOLSA 25MM	UNIDADE	500,00	16,23	NÃO
0185	ELETRODUTO ROSCAVEL 3/4	UNIDADE	500,00	22,00	NÃO
0186	ENGATE PLÁSTICO 40CM	UNIDADE	100,00	3,67	NÃO
0187	ENGATE PLÁSTICO 60CM	UNIDADE	100,00	5,79	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

0188	ESPATULA DE FERRO 1,5" .	UNIDADE	100,00	7,84	NÃO
0189	ESPATULA DE FERRO 2,5" .	UNIDADE	100,00	15,00	NÃO
0190	ESPATULA DE FERRO 3,0" .	UNIDADE	100,00	12,39	NÃO
0191	ESPATULA DE SILICONE .	UNIDADE	300,00	12,26	NÃO
0192	ESPUDE PARA VASO SANITÁRIO	UNIDADE	100,00	4,53	NÃO
0193	ESTERNSSOR PARA ROLO 2 MTS .	UNIDADE	100,00	26,65	NÃO
0194	ESTERNSSOR PARA ROLO 3 MTS .	UNIDADE	100,00	40,38	NÃO
0195	ESTOPA .	QUILOGRAMA	100,00	15,71	NÃO
0196	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 20 - 22 COM 3,20 MTS .	UNIDADE	25,00	255,45	NÃO
0197	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 20 - 22 COM 3 MTS .	UNIDADE	25,00	238,95	NÃO
0198	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 42 - 44 COM 10 - MTS .	UNIDADE	23,00	5.083,00	SIM
0199	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 42 - 44 COM 10 - MTS .	UNIDADE	7,00	5.083,00	NÃO
0200	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 42 - 44 COM 11 - MTS .	UNIDADE	23,00	3.368,80	SIM
0201	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 42 - 44 COM 11 - MTS .	UNIDADE	7,00	3.368,80	NÃO
0202	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 42 - 44 COM 12 - MTS .	UNIDADE	25,00	5.979,60	SIM
0203	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 42 - 44 COM 12 - MTS .	UNIDADE	5,00	5.979,60	NÃO
0204	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 42 - 44 COM 13 - MTS .	UNIDADE	25,00	6.340,40	SIM
0205	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 42 - 44 COM 13 - MTS .	UNIDADE	5,00	6.340,40	NÃO
0206	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 42 - 44 COM 14 - MTS .	UNIDADE	23,00	6.826,20	SIM
0207	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 42 - 44 COM 14 - MTS .	UNIDADE	7,00	6.826,20	NÃO
0208	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 42 - 44 COM 4 - MTS .	UNIDADE	30,00	988,20	NÃO
0209	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 42 - 44 COM 5 MTS .	UNIDADE	30,00	2.249,00	NÃO
0210	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 42 - 44 COM 6 - MTS .	UNIDADE	30,00	2.659,80	NÃO
0211	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 42 - 44 COM 7 - MTS .	UNIDADE	23,00	3.100,60	SIM
0212	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 42 - 44 COM 7 - MTS .	UNIDADE	7,00	3.100,60	NÃO
0213	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 42 - 44 COM 8 - MTS .	UNIDADE	23,00	3.531,40	SIM
0214	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 42 - 44 COM 8 - MTS .	UNIDADE	7,00	3.531,40	NÃO
0215	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 42 - 44 COM 9 - MTS .	UNIDADE	20,00	3.872,20	NÃO
0216	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 48 - 50 COM 15 MTS .	UNIDADE	15,00	11.904,00	SIM
0217	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 48 - 50 COM 15 MTS .	UNIDADE	5,00	11.904,00	NÃO
0218	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 48 - 50 COM 16 MTS .	UNIDADE	15,00	12.472,60	SIM
0219	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 48 - 50 COM 16 MTS .	UNIDADE	5,00	12.472,60	NÃO
0220	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 48 - 50 COM 17 MTS .	UNIDADE	15,00	13.301,20	SIM
0221	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 48 - 50 COM 17 MTS .	UNIDADE	5,00	13.301,20	NÃO
0222	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 48 - 50 COM 18 MTS .	UNIDADE	15,00	14.174,80	SIM
0223	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 48 - 50 COM 18 MTS .	UNIDADE	5,00	14.174,80	NÃO
0224	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 48 - 50 COM 19 MTS .	UNIDADE	17,00	15.198,40	SIM
0225	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 48 - 50 COM 19 MTS .	UNIDADE	3,00	15.198,40	NÃO
0226	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 48 - 50 COM 20 MTS .	UNIDADE	15,00	15.922,00	SIM
0227	EUCALIPTO TRATADO ESPECIE CLOZIANA PARA PONTE / * ESTRUTURAL BITOLA 48 - 50 COM 20 MTS .	UNIDADE	5,00	15.922,00	NÃO
0228	EXTENSÃO TRIPLA 3 MT	METRO	50,00	20,85	NÃO
0229	FERRO DE SOLDA ESTANHADOR	UNIDADE	5,00	150,00	NÃO
0230	FILTRO DE LINHA 6 TOMADAS	UNIDADE	100,00	24,41	NÃO
0231	FIO PARALELO 2 X 1,5MM	METRO	2.000	3,41	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

0232	FIO PARALELO 2 X 2,5MM	METRO	100,00	128,09	NÃO
0233	FITA ISOLANTE 20 MT	UNIDADE	500,00	7,83	NÃO
0234	FITA ISOLANTE COLORIDA: FITA ISOLANTE COLORIDA 19MMX5M AZUL, VERMELHA OU VERDE.	UNIDADE	200,00	3,41	NÃO
0235	FITA ISOLANTE DE ALTA FUSÃO 10 METROS	UNIDADE	100,00	24,86	NÃO
0236	FIXADOR PARA CAL .	UNIDADE	3.000	1,82	NÃO
0237	FLANGE 20MM PARA CAIXA DÁGUA	UNIDADE	100,00	11,59	NÃO
0238	FLANGE 50MM PARA CAIXA DÁGUA	UNIDADE	100,00	17,95	NÃO
0239	FLNGE MARROM 20MM .	UNIDADE	500,00	11,70	NÃO
0240	FLNGE MARROM 25MM .	UNIDADE	500,00	10,88	NÃO
0241	FLNGE MARROM 32MM .	UNIDADE	500,00	23,42	NÃO
0242	FLNGE MARROM 40MM .	UNIDADE	500,00	23,81	NÃO
0243	FLNGE MARROM 50MM .	UNIDADE	500,00	21,34	NÃO
0244	FLNGE MARROM 60MM .	UNIDADE	500,00	38,33	NÃO
0245	GLOBO P/ILUMINAÇÃO PÚBLICA 30CM DE DIÂMETRO	UNIDADE	200,00	58,82	NÃO
0246	GRAMPO MIGUELÃO	UNIDADE	150,00	4,30	NÃO
0247	HASTE DE ATERRAMENTO EM COBRE	UNIDADE	100,00	51,00	NÃO
0248	INTERRUPTOR 1 SEÇÃO PARALELO	UNIDADE	200,00	10,21	NÃO
0249	INTERRUPTOR 1 SEÇÃO SIMPLES	UNIDADE	200,00	9,33	NÃO
0250	INTERRUPTOR 2 SEÇÃO SIMPLES	UNIDADE	200,00	10,42	NÃO
0251	INTERRUPTOR 3 SEÇÃO PARALELO	UNIDADE	200,00	25,08	NÃO
0252	INTERRUPTOR 3 SEÇÃO SIMPLES	UNIDADE	200,00	9,99	NÃO
0253	INTERRUPTOR CONJUGADO COM TOMADA 10A	UNIDADE	200,00	10,86	NÃO
0254	INTERRUPTOR EMBUTIDO 1 SEÇÃO COM PLACA	UNIDADE	200,00	10,97	NÃO
0255	INTERRUPTOR EMBUTIR PARA CAMPAINHA	UNIDADE	200,00	14,69	NÃO
0256	INTERRUPTOR EXTERNO 1 SEÇÃO	UNIDADE	50,00	6,06	NÃO
0257	INTERRUPTOR EXTERNO IS	UNIDADE	50,00	4,68	NÃO
0258	INTERRUPTOR EXTERNO PARA CAMPAINHA	UNIDADE	100,00	11,47	NÃO
0259	INTERRUPTOR INTERNO COM 1 TECLA	UNIDADE	200,00	5,14	NÃO
0260	INTERRUPTOR INTERNO COM 2 TECLAS	UNIDADE	200,00	7,71	NÃO
0261	INTERRUPTOR INTERNO COM 3 TECLAS	UNIDADE	200,00	11,64	NÃO
0262	JANELAS METALON 1,00 X 1,20 .	UNIDADE	50,00	310,91	NÃO
0263	JANELAS METALON 1,00 X 1,50 .	UNIDADE	50,00	396,94	NÃO
0264	JOELHO 20MM AGUA FRIA MARROM .	UNIDADE	2.000	1,17	NÃO
0265	JOELHO 25MM AGUA FRIA MARROM .	UNIDADE	2.000	1,05	NÃO
0266	JOELHO 32MM AGUA FRIA MARROM .	UNIDADE	2.000	3,05	NÃO
0267	JOELHO 40MM AGUA FRIA MARROM.	UNIDADE	2.000	4,82	NÃO
0268	JOELHO 45° ESGOTO 100 MM	UNIDADE	100,00	6,00	NÃO
0269	JOELHO 45° SOLDÁVEL ÁGUA 32 MM	UNIDADE	50,00	4,87	NÃO
0270	JOELHO 45° SOLDÁVEL ÁGUA 40 MM	UNIDADE	50,00	4,56	NÃO
0271	JOELHO 45° SOLDÁVEL ÁGUA 50 MM	UNIDADE	50,00	6,92	NÃO
0272	JOELHO 45° SOLDÁVEL PARA ESGOTO 75	UNIDADE	50,00	5,78	NÃO
0273	JOELHO 50MM AGUA FRIA MARROM .	UNIDADE	1.000	6,42	NÃO
0274	JOELHO 60MM AGUA FRIA MARROM .	UNIDADE	1.000	16,62	NÃO
0275	JOELHO 75MM AGUA FRIA MARROM .	UNIDADE	500,00	69,88	NÃO
0276	JOELHO 90° COM ANEL VEDAÇÃO IRRIGAÇÃO 38 MM	UNIDADE	100,00	3,90	NÃO
0277	JOELHO 90° ESGOTO 50 MM	PEÇA	100,00	2,29	NÃO
0278	JOELHO 90° ROSCAVEL 3/4 BRANCO	UNIDADE	100,00	4,14	NÃO
0279	JOELHO 90° SOLDÁVEL ÁGUA 32 MM	UNIDADE	100,00	7,52	NÃO
0280	JOELHO 90° SOLDÁVEL ÁGUA 40 MM	UNIDADE	100,00	1,58	NÃO
0281	JOELHO 90° SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO 25 MM X 1/2"	PEÇA	100,00	5,10	NÃO
0282	JOELHO 90° SOLDÁVEL COM ROSCA LR 25 X 1/2	UNIDADE	100,00	2,30	NÃO
0283	JOELHO 90° SOLDÁVEL COM ROSCA LR ÁGUA 25 X 3/4	UNIDADE	100,00	3,51	NÃO
0284	JOELHO COLA E ROSCA 20 X1/2	UNIDADE	200,00	3,27	NÃO
0285	JOELHO DE 20 COLA ÁGUA	UNIDADE	200,00	2,45	NÃO
0286	JOELHO ESGOTO 150MM	UNIDADE	100,00	25,71	NÃO
0287	JOELHO REDUÇÃO 90° ROSCA 3/4 X 1/2 BRANCO	UNIDADE	100,00	4,64	NÃO
0288	JOELHO REDUÇÃO 90° ROSCAVEL 1 X 3/4 BRANCO	UNIDADE	100,00	5,58	NÃO
0289	JUNÇÃO 100 MM	UNIDADE	100,00	12,52	NÃO
0290	JUNÇÃO DE REDUÇÃO PARA ESGOTO 100 X 50	UNIDADE	60,00	18,27	NÃO
0291	JUNÇÃO DE REDUÇÃO PARA ESGOTO 100 X 75	UNIDADE	60,00	16,38	NÃO
0292	KIT DE LIXEIRA DE COLETA SELETIVA COM 4 PEÇAS, 60 LTS COM SUPORTE 72 CM ALTURA 1,20 LARGURA, CORES VERMELHA, AZUL E VERDE E AMARELA.	UNIDADE	100,00	493,23	NÃO
0293	KIT PROVISÓRIO C/DISJUNTOR BIPOLAR 60 AMPERES COMPOSTO DE 1 CAIXA DE PAINEL 20 X 30 X 20 CM + 01 DIS: KIT PROVISÓRIO C/DISJUNTOR BIPOLAR 60 AMPERES COMPOSTO DE 1 CAIXA DE PAINEL 20 X 30 X 20 CM + 01 DISJUNTOR BIFASICO 2 X 60 AMP. + 01 CURVA ROSCA 1 ½ X 90° (GRAUS) + 01 CURVA "S" DE 1 ½ + 02 BUCHA DE REDUÇÃO 2 X 1 ½ + 01 GARRA SP D 2 + 01 PARAFUSO ¼ X 60 C	UNIDADE	10,00	72,20	NÃO
0294	LAJE PREMOLDADA TRELIÇA H12 .	METRO QUADRADO	1.000	72,00	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

0295	LAJE PREMOLDADA TRELIÇA H8.	METRO QUADRADO	1.000	61,50	NÃO
0296	LAMINA DE SERRA STARRET	UNIDADE	500,00	11,44	NÃO
0297	LAMPADA DE LED 12W BOCAL E-27	UNIDADE	100,00	7,68	NÃO
0298	LAMPADA DE LED 15W BOCAL E-27	UNIDADE	500,00	12,86	NÃO
0299	LAMPADA DE LED 50W E 27 BIVOLT	UNIDADE	300,00	24,58	NÃO
0300	LAMPADA DE LED 9W BOCAL E-27	UNIDADE	50,00	5,20	NÃO
0301	LAMPADA ECONOMICA 15W X 127V	UNIDADE	50,00	10,62	NÃO
0302	LÂMPADA ECONOMICA 27W X 127V: LAMPADA ECONOMICA 27W X 127V	UNIDADE	200,00	5,57	NÃO
0303	LAMPADA ECONOMICA 34W X 127V	UNIDADE	200,00	24,97	NÃO
0304	LAMPADA ECONOMICA 35W X 127V	UNIDADE	200,00	24,65	NÃO
0305	LAMPADA ECONOMICA 45W X 127V	UNIDADE	200,00	23,29	NÃO
0306	LAMPADA FLUORESCENTE 20W	UNIDADE	200,00	9,66	NÃO
0307	LÂMPADA FLUORESCENTE 40 W	UNIDADE	200,00	15,22	NÃO
0308	LAMPADA LED TUBO 9 WTS	UNIDADE	200,00	7,79	NÃO
0309	LAMPADA LED TUBULAR 09 WATS	UNIDADE	200,00	8,94	NÃO
0310	LAMPADA LED TUBULAR 18 WTS	UNIDADE	200,00	8,97	NÃO
0311	LÂMPADA MISTA 160W X 220V	UNIDADE	200,00	22,93	NÃO
0312	LÂMPADA MISTA 250W X 220V	UNIDADE	200,00	41,40	NÃO
0313	LAMPADA MISTA 500 W X 220 V E-40	PEÇA	120,00	91,74	NÃO
0314	LAMPADA VAPOR DE SODIO 100 W	UNIDADE	120,00	19,64	NÃO
0315	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 400 W	UNIDADE	120,00	37,60	NÃO
0316	LAMPADA VAPOR MERCURIO 400W X 220V	UNIDADE	120,00	72,92	NÃO
0317	LAMPADA VAPOR METALICO 400W BRANCA	UNIDADE	120,00	71,59	NÃO
0318	LAMPADA VAPOR METALICO AZUL 400 W	UNIDADE	120,00	67,80	NÃO
0319	LAMPADA VAPOR METALICO VERDE 400 W	UNIDADE	120,00	55,66	NÃO
0320	LAVATORIO COM COLUNA DECA OU SIMILAR AS ESPECIFICAÇÕES DA MESMA .	UNIDADE	30,00	203,45	NÃO
0321	LIXA DE FERRO Nº 100 .	UNIDADE	500,00	2,78	NÃO
0322	LIXA DE FERRO Nº 120 .	UNIDADE	500,00	3,10	NÃO
0323	LIXA DE FERRO Nº 60 .	UNIDADE	500,00	2,44	NÃO
0324	LIXA DE FERRO Nº 80 .	UNIDADE	500,00	2,21	NÃO
0325	LIXA MADEIRA Nº 120 .	UNIDADE	500,00	1,60	NÃO
0326	LIXA MADEIRA Nº 180 .	UNIDADE	500,00	1,96	NÃO
0327	LIXA MADEIRA Nº 60 .	UNIDADE	500,00	1,57	NÃO
0328	LIXA MADEIRA Nº 80 .	UNIDADE	500,00	1,50	NÃO
0329	LIXA PAREDE Nº 100 .	UNIDADE	500,00	1,97	NÃO
0330	LIXA PAREDE Nº 120 .	UNIDADE	500,00	1,60	NÃO
0331	LIXA PAREDE Nº 180 .	UNIDADE	500,00	1,26	NÃO
0332	LIXA PAREDE Nº 220 .	UNIDADE	500,00	1,85	NÃO
0333	LONA PRETA 200 MICRAS 4 MTS .	ROLO	10,00	446,75	NÃO
0334	LONA PRETA 200 MICRAS 8 MTS .	ROLO	6,00	645,92	NÃO
0335	LONA PRETA 500 MICRAS 6 MT: CORREÇÃO ORTOGRAFICA.	ROLO	10,00	2.945,00	NÃO
0336	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA	UNIDADE	150,00	14,08	NÃO
0337	LUVA AGUA FRIA MARROM 20MM .	UNIDADE	500,00	1,22	NÃO
0338	LUVA AGUA FRIA MARROM 25MM .	UNIDADE	500,00	0,62	NÃO
0339	LUVA AGUA FRIA MARROM 32MM .	UNIDADE	500,00	3,14	NÃO
0340	LUVA AGUA FRIA MARROM 40MM .	UNIDADE	250,00	4,25	NÃO
0341	LUVA AGUA FRIA MARROM 50MM .	UNIDADE	250,00	12,83	NÃO
0342	LUVA DE BORRACHA .	PAR	500,00	7,25	NÃO
0343	LUVA DE RASPA .	PAR	500,00	12,34	NÃO
0344	LUVA DE VAQUETA .	PAR	2.000	16,55	NÃO
0345	LUVA PARA ELETRODUTO 1".	UNIDADE	200,00	2,50	NÃO
0346	LUVA PARA ELETRODUTO 1.1/2".	UNIDADE	50,00	1,47	NÃO
0347	LUVA PARA ELETRODUTO 2".	UNIDADE	100,00	2,48	NÃO
0348	LUVA PARA ELETRODUTO 3/4.	UNIDADE	100,00	1,70	NÃO
0349	LUVA PARA ESGOTO 40 MM	UNIDADE	100,00	5,84	NÃO
0350	LUVA ROSCA 1 1/2	UNIDADE	60,00	2,16	NÃO
0351	LUVAS DE 100MM DE CORRER COM ANEL PARA ESGOTO	UNIDADE	60,00	13,20	NÃO
0352	LUVA SOLD. 50 MM	UNIDADE	60,00	25,25	NÃO
0353	LUVA SOLDÁVEL 20 MM	UNIDADE	60,00	5,04	NÃO
0354	LUVA SOLDÁVEL 25 MM	PEÇA	60,00	1,55	NÃO
0355	LUVA SOLDÁVEL 32MM	UNIDADE	60,00	17,33	NÃO
0356	LUVA SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO 20 X 1/2	UNIDADE	60,00	4,33	NÃO
0357	LUVA SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO 25 X 3/4	UNIDADE	60,00	3,77	NÃO
0358	LUVA SOLDÁVEL COM ROSCA LXR 20 X 1/2	UNIDADE	60,00	1,81	NÃO
0359	LUVA SOLDÁVELCOM ROSCA LXR 25 X 3/4	UNIDADE	60,00	1,42	NÃO
0360	LUVA SR 20 X 1/2 AZUL	UNIDADE	60,00	3,50	NÃO
0361	MADEIRA DE LEI PARA TELHADO .	METRO CÚBICO	244,00	2.409,16	SIM
0362	MADEIRA DE LEI PARA TELHADO .	METRO CÚBICO	56,00	2.409,16	NÃO
0363	MANGUEIRA 1/2 PAREDE DUPLA MATERIAL DE COR PRETO INTERNO E LARANJA EXTERNO	METRO	1.500	3,63	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

0364	MANGUEIRA PARA IRRIGAÇÃO TIPO SANTEMO FURADA	METRO	2.000	2,92	NÃO
0365	MANGUEIRA PRETA 1.1/2 COM ESPESSURA 5,00 MM .	UNIDADE	1.000	8,70	NÃO
0366	MANGUEIRA PRETA 1/2 COM ESPESSURA 3,00MM .	UNIDADE	1.000	53,78	NÃO
0367	MANGUEIRA PRETA "1" COM ESPESSURA 3,00MM.	UNIDADE	750,00	136,20	SIM
0368	MANGUEIRA PRETA "1" COM ESPESSURA 3,00MM.	UNIDADE	250,00	136,20	NÃO
0369	MANGUEIRA PRETA 3/4 COM ESPESSURA 3,00MM .	UNIDADE	813,00	90,40	SIM
0370	MANGUEIRA PRETA 3/4 COM ESPESSURA 3,00MM .	UNIDADE	187,00	90,40	NÃO
0371	MANGUEIRA SANFONADA 3/4 CINZA	METRO	200,00	29,57	NÃO
0372	MANILHA DE CONCRETO 0,40 CM X 1.00 ALTURA .	UNIDADE	200,00	256,88	NÃO
0373	MANILHA DE CONCRETO 0,60 CM X 1.00 ALTURA .	UNIDADE	200,00	364,69	NÃO
0374	MANILHA DE CONCRETO 0,80 CM X 1.00 ALTURA .	UNIDADE	750,00	487,79	SIM
0375	MANILHA DE CONCRETO 0,80 CM X 1.00 ALTURA .	UNIDADE	250,00	487,79	NÃO
0376	MANILHA DE CONCRETO 1,20 MTS X 1.00 ALTURA .	UNIDADE	797,00	810,00	SIM
0377	MANILHA DE CONCRETO 1,20 MTS X 1.00 ALTURA .	UNIDADE	203,00	810,00	NÃO
0378	MASSA ACRILICA INTERIOR E EXTERIOR 18 LITROS SUVINIL OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE..	UNIDADE	100,00	110,23	NÃO
0379	MASSA CORRIDA INTERIOR PVA 18 LITROS SUVINIL OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE.	UNIDADE	100,00	62,18	NÃO
0380	MASSA CORRIDA INTERIOR PVA GALÃO 3,600 LITROS SUVINIL OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE.	UNIDADE	100,00	37,42	NÃO
0381	NIPEL ROSCAVEL 1 1/2	UNIDADE	200,00	1,99	NÃO
0382	NIPEL ROSCAVEL 1/2	UNIDADE	200,00	1,99	NÃO
0383	NIPEL ROSCAVEL 3/4	UNIDADE	200,00	1,83	NÃO
0384	PADRÃO A FAVOR DE 220 W COM CHAVE 40A	UNIDADE	30,00	852,27	NÃO
0385	PADRÃO CONTRA DE 220V C/ CHAVE DE 60A C/ TUBO DE 7 MTS	UNIDADE	30,00	1.489,83	NÃO
0386	PARAFUSO COM BUCHA 10MM	UNIDADE	500,00	1,14	NÃO
0387	PARAFUSO COM BUCHA 6MM PHILIPS	UNIDADE	500,00	6,21	NÃO
0388	PARAFUSO COM BUCHA 8MM	UNIDADE	500,00	3,21	NÃO
0389	PARAFUSO Nº 08 SEXTAVADO ROSCA SOBERBA.	UNIDADE	1.000,0	5,37	NÃO
0390	PARAFUSO TELHA DE FIBROCIMENTO.	UNIDADE	1.000,0	1,32	NÃO
0391	PEDRA SEIXO ROLADO.	METRO CÚBICO	80,00	107,55	NÃO
0392	PLAFONIER BRANCO PVC DE PLASTICO	UNIDADE	300,00	12,76	NÃO
0393	PÓ DE BRITA.	METRO CÚBICO	80,00	162,75	NÃO
0394	PORCA SEXTAVA 1/2.	UNIDADE	500,00	0,57	NÃO
0395	PORCA SEXTAVA 3/8.	UNIDADE	500,00	1,81	NÃO
0396	PORCA SEXTAVA 5/16.	UNIDADE	500,00	0,48	NÃO
0397	PORCELANATO DIVERSOS TAMANHOS.	METRO QUADRADO	1.500	83,73	SIM
0398	PORCELANATO DIVERSOS TAMANHOS.	METRO QUADRADO	500,00	83,73	NÃO
0399	PORTA DE MADEIRA MACIÇA 0,70 X 2,10.	UNIDADE	30,00	522,55	NÃO
0400	PORTA DE MADEIRA MACIÇA 0,80 X 2,11.	UNIDADE	30,00	535,85	NÃO
0401	PORTA DE MADEIRA MACIÇA 0,90 X 2,10 MT.	UNIDADE	23,00	4.232,00	SIM
0402	PORTA DE MADEIRA MACIÇA 0,90 X 2,10 MT.	UNIDADE	7,00	4.232,00	NÃO
0403	PORTA PRANCEHTA REFORÇADA 0,80 X 2,10 MT.	UNIDADE	30,00	207,22	NÃO
0404	PORTA PRANCHETA REFORÇADA 0,70 X 2,10.	UNIDADE	30,00	180,72	NÃO
0405	PORTA PRANCHETA REFORÇADA 0,90 X 2,10 MT.	UNIDADE	30,00	348,45	NÃO
0406	PORTA VENEZIANA EM ALUMINIO REFORÇADA 0,70 X 2,10.	UNIDADE	113,00	603,90	NÃO
0407	PORTA VENEZIANA EM ALUMINIO REFORÇADA 0,80 X 2,10 MT.	UNIDADE	37,00	622,72	NÃO
0408	PORTA VENEZIANA EM ALUMINIO REFORÇADA 0,90 X 2,10 MT.	UNIDADE	85,00	889,57	SIM
0409	PORTA VENEZIANA EM ALUMINIO REFORÇADA 0,90 X 2,10 MT.	UNIDADE	28,00	889,57	NÃO
0410	PRANCHÃO MADEIRA DE LEI PARA PONTE 4,50 MT (COMPRIMENTO)X 40 /50 CM (LARGURA) X 07 CM (ESPESSURA) .	UNIDADE	225,00	1.440,00	SIM
0411	PRANCHÃO MADEIRA DE LEI PARA PONTE 4,50 MT (COMPRIMENTO)X 40 /50 CM (LARGURA) X 07 CM (ESPESSURA) .	UNIDADE	75,00	1.440,00	NÃO
0412	PREGO COM CABEÇA 15 X15.	QUILOGRAMA	100,00	11,85	NÃO
0413	PREGO COM CABEÇA 17 X 21.	QUILOGRAMA	100,00	15,04	NÃO
0414	PREGO COM CABEÇA 18 X 30.	QUILOGRAMA	100,00	15,41	NÃO
0415	PREGO COM CABEÇA 19 X 36.	QUILOGRAMA	100,00	14,34	NÃO
0416	PREGO COM CABEÇA 22 X 48.	QUILOGRAMA	100,00	20,43	NÃO
0417	PREGO COM CABEÇA 25 X 72.	QUILOGRAMA	100,00	17,88	NÃO
0418	PREGO COM DUAS CABEÇAS 17 X 21.	QUILOGRAMA	100,00	17,66	NÃO
0419	PREGO COM DUAS CABEÇAS 18 X 30.	QUILOGRAMA	100,00	16,76	NÃO
0420	PROJETOR DE LED 100W	UNIDADE	80,00	43,93	NÃO
0421	PROJETOR DE LED 150W	UNIDADE	80,00	86,13	NÃO
0422	PROJETOR DE LED 200W	UNIDADE	80,00	57,61	NÃO
0423	PROJETOR DE LED 25W	UNIDADE	80,00	154,55	NÃO
0424	PROJETOR DE LED 300W	UNIDADE	80,00	146,03	NÃO
0425	PROJETOR DE LED 400W	UNIDADE	80,00	269,43	NÃO
0426	PROJETOR DE LED 50W	UNIDADE	80,00	47,58	NÃO
0427	PROJETOR QUADRADO 250W	UNIDADE	100,00	73,22	NÃO
0428	PROJETOR QUADRADO 400W REFERÊNCIA 4-40 PJC 400 (OU SIMILAR) .	UNIDADE	50,00	133,41	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

0429	PROLONGADOR PARA TORNEIRA 1/2	UNIDADE	50,00	12,66	NÃO
0430	PROTECTOR DE SURTO CLAMPER	UNIDADE	80,00	36,27	NÃO
0431	PROTECTOR DE SURTO UNIPOLAR	UNIDADE	80,00	133,28	NÃO
0432	QUADRO DISTRIBUIÇÃO 06 CHAVES	UNIDADE	20,00	63,82	NÃO
0433	QUADRO DISTRIBUIÇÃO 12 CHAVES	UNIDADE	20,00	50,82	NÃO
0434	REATOR ELETRÔNICO 1X20	UNIDADE	60,00	24,04	NÃO
0435	REATOR ELETRÔNICO 1X40	UNIDADE	60,00	26,21	NÃO
0436	REATOR ELETRÔNICO 2X20	UNIDADE	60,00	27,12	NÃO
0437	REATOR ELETRÔNICO 2X40	UNIDADE	60,00	44,27	NÃO
0438	REATOR ELETRONICO VAPOR METALICO 400W X 220V	UNIDADE	30,00	179,59	NÃO
0439	REATOR PARA LAMPADA VAPOR DE SODIO 100 W: REATOR PARA LAMPADA VAPOR DE SODIO 100W	UNIDADE	30,00	125,06	NÃO
0440	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 400 W	UNIDADE	30,00	156,78	NÃO
0441	RECEPTÁCULO DE LOUÇA	UNIDADE	50,00	3,20	NÃO
0442	RECEPTACULO P/LÂMPADA E-27	UNIDADE	100,00	3,00	NÃO
0443	REGISTRO DE PRESSÃO CRUZETA 3/4	UNIDADE	50,00	50,42	NÃO
0444	REGISTRO ESFERA 1	UNIDADE	50,00	5,54	NÃO
0445	REGISTRO ESFERA 1 1/2	UNIDADE	50,00	14,26	NÃO
0446	REGISTRO ESFERA 1/2	UNIDADE	50,00	14,26	NÃO
0447	REGISTRO ESFERA 2	UNIDADE	50,00	13,81	NÃO
0448	REGISTRO ESFERA 2 1/2	UNIDADE	50,00	51,32	NÃO
0449	REGISTRO ESFERA 3/4	UNIDADE	50,00	18,47	NÃO
0450	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL 50 MM	UNIDADE	50,00	24,28	NÃO
0451	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL MARROM 20MM.	UNIDADE	200,00	5,59	NÃO
0452	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL MARROM 25MM.	UNIDADE	200,00	10,68	NÃO
0453	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL MARROM 32MM.	UNIDADE	200,00	19,99	NÃO
0454	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL MARROM 40MM.	UNIDADE	200,00	22,28	NÃO
0455	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL MARROM 50MM.	UNIDADE	200,00	23,89	NÃO
0456	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL MARROM 60MM.	UNIDADE	200,00	45,27	NÃO
0457	REGISTRO GAVETA 1 1/2	UNIDADE	40,00	147,18	NÃO
0458	REGISTRO GAVETA 1/2 C 23	UNIDADE	40,00	49,44	NÃO
0459	REGISTRO GAVETA 3/4 C 50	UNIDADE	40,00	66,38	NÃO
0460	REGISTRO METAL BUCHA 1 1/4	UNIDADE	40,00	31,03	NÃO
0461	REGISTRO METAL ESFERA 3/4	UNIDADE	40,00	18,47	NÃO
0462	REGISTRO PRESSÃO 3/4 C 50	UNIDADE	40,00	68,84	NÃO
0463	RELÉ FOTOELÉTRICO 110/220V	UNIDADE	150,00	25,38	NÃO
0464	RELÉ TERMICO 16 - 25 A MODELO 3UA52	UNIDADE	12,00	53,04	NÃO
0465	RELÉ TERMICO 16 - 25 A MODELO 3 VA 52	UNIDADE	12,00	144,98	NÃO
0466	RELÉ TERMICO 20 - 32 A MODELO 3 VA 55	UNIDADE	12,00	117,53	NÃO
0467	REPARO COMPLETO ORIENTE PARA VALVULA DE DESCARGA 40MM OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE.	UNIDADE	100,00	62,91	NÃO
0468	REPARO COMPLETO ORIENTE PARA VALVULA DE DESCARGA 45MM OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE.	UNIDADE	100,00	69,08	NÃO
0469	REPARO PARA VÁLVULA ORIENTE E PRIMOR MULTI-USO OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE.	UNIDADE	50,00	38,90	NÃO
0470	REPAROS PARA VÁLVULA DE DESCARGA HIDRA OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE.	UNIDADE	50,00	48,00	NÃO
0471	REPARO VALVULA DESCARGA DOCOL 1 1/4 COM CHAVE DE MANUTENÇÃO OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE.	UNIDADE	100,00	53,26	NÃO
0472	REPARO VALVULA HYDRA 2550 MAX ORIGINAL DECA OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE.	UNIDADE	100,00	92,05	NÃO
0473	ROLO DE PINTURA ESPUMA 10 CM.	UNIDADE	100,00	5,75	NÃO
0474	ROLO DE PINTURA ESPUMA 15 CM.	UNIDADE	100,00	7,72	NÃO
0475	ROLO DE PINTURA LÃ DE CARNEIRO 23 CM.	UNIDADE	100,00	31,75	NÃO
0476	ROLO PARA TEXTURA ROLADA.	UNIDADE	200,00	31,75	NÃO
0477	SELADOR DE PAREDE ACRILICO SUVINIL 18 lts OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE.	UNIDADE	250,00	85,97	NÃO
0478	SERRA STARRET .	UNIDADE	500,00	15,32	NÃO
0479	SIFÃO INTELIGENTE	UNIDADE	120,00	11,43	NÃO
0480	SUPORTE TIPO GAÍOLA PAA ROLO 23 CM.	UNIDADE	500,00	9,88	NÃO
0481	TABUA DE MADEIRA DE PINUS 3,00 X 0,10 CM.	UNIDADE	400,00	44,01	NÃO
0482	TABUA DE MADEIRA DE PINUS 3,00 X 0,20 CM.	UNIDADE	400,00	30,63	NÃO
0483	TABUA DE MADEIRA DE PINUS 3,00 X 0,30 CM.	UNIDADE	400,00	48,84	NÃO
0484	TAMPÃO 25MM SOLDÁVEL	UNIDADE	50,00	1,65	NÃO
0485	TAMPÃO 32MM SOLDÁVEL	UNIDADE	50,00	1,53	NÃO
0486	TAMPÃO 50 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	50,00	5,25	NÃO
0487	TAMPÃO DE ROSCA EXTERNA 20 MM	UNIDADE	50,00	2,98	NÃO
0488	TAMPÃO DE ROSCA EXTERNA 25 MM	UNIDADE	50,00	2,62	NÃO
0489	TAMPÃO DE ROSCA INTERNA 20 MM	UNIDADE	50,00	2,42	NÃO
0490	TE 20MM DE COLA E ROSCA 1/2 AZUL	UNIDADE	100,00	5,33	NÃO
0491	TE 25MM DE COLA E ROSCA 1/2 AZUL	UNIDADE	100,00	6,05	NÃO
0492	TÊ AGUA FRIA MARROM 20MM.	UNIDADE	500,00	2,09	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

0493	TÊ AGUA FRIA MARROM 25MM.	UNIDADE	500,00	1,89	NÃO
0494	TÊ AGUA FRIA MARROM 32MM.	UNIDADE	500,00	7,98	NÃO
0495	TÊ AGUA FRIA MARROM 40MM.	UNIDADE	500,00	9,42	NÃO
0496	TÊ AGUA FRIA MARROM 50MM.	UNIDADE	500,00	9,16	NÃO
0497	TE ESGOTO 100MM	UNIDADE	100,00	7,28	NÃO
0498	TE ESGOTO 75 MM	UNIDADE	100,00	10,75	NÃO
0499	TELHA COLONIAL AMERICANA.	UNIDADE	10.000	2,88	NÃO
0500	TELHA COLONIAL PLANA.	UNIDADE	10.000	2,32	NÃO
0501	TELHA COLONIAL ROMANA.	UNIDADE	10.000	2,60	NÃO
0502	TELHA DE FIBRO CIMENTO 1,22 X 1,10.	UNIDADE	500,00	49,68	NÃO
0503	TELHA DE FIBRO CIMENTO 1,53 X 1,10.	UNIDADE	500,00	46,33	NÃO
0504	TELHA DE FIBRO CIMENTO 1,83 X 1,10.	UNIDADE	500,00	55,08	NÃO
0505	TELHA DE FIBRO CIMENTO 2,13 X 1,10.	UNIDADE	500,00	63,70	NÃO
0506	TELHA DE FIBRO CIMENTO 2,44 X 1,10.	UNIDADE	500,00	67,38	NÃO
0507	TEMPORIZADOR DIGITAL P/BOMBA	UNIDADE	20,00	82,44	NÃO
0508	TE REDUÇÃO PARA ESGOTO 100 X 75 MM	UNIDADE	100,00	7,45	NÃO
0509	TE REDUÇÃO SOLDÁVEL ÁGUA 25 X 20 MM	UNIDADE	100,00	3,67	NÃO
0510	TERMINAL PRÉ ISOLADO 10MM.	UNIDADE	100,00	1,88	NÃO
0511	TERMINAL PRÉ-ISOLADO 16MM	UNIDADE	100,00	1,76	NÃO
0512	TERMINAL PRÉ-ISOLADO 25MM	UNIDADE	100,00	2,80	NÃO
0513	TERMINAL PRÉ-ISOLADO 35MM	UNIDADE	100,00	3,59	NÃO
0514	TERMINAL PRE ISOLADO 50MM	UNIDADE	100,00	4,56	NÃO
0515	TERMINAL PRESSÃO 10 MM	UNIDADE	100,00	5,50	NÃO
0516	TERMINAL PRESSÃO 16 MM	UNIDADE	100,00	6,64	NÃO
0517	TERMINAL PRESSÃO 25MM	UNIDADE	100,00	6,72	NÃO
0518	TERMINAL PRESSÃO 35MM	UNIDADE	100,00	5,82	NÃO
0519	TERMINAL PRESSÃO 50 MM	UNIDADE	100,00	10,76	NÃO
0520	TE ROSCAVEL 3/4	UNIDADE	100,00	3,91	NÃO
0521	TE SOLDÁVEL 20MM	UNIDADE	100,00	1,52	NÃO
0522	TE SOLDÁVEL ÁGUA 25 MM	UNIDADE	100,00	2,74	NÃO
0523	TE SOLDÁVEL ÁGUA 32 MM	UNIDADE	100,00	2,72	NÃO
0524	TE SOLDÁVEL ÁGUA 40 MM	UNIDADE	100,00	9,84	NÃO
0525	TE SOLDÁVEL ÁGUA 50 MM	UNIDADE	100,00	6,07	NÃO
0526	TEXTURA GRAFIATO 20KG.	UNIDADE	150,00	84,71	NÃO
0527	TEXTURA ROLADA 20KG.	UNIDADE	150,00	90,70	NÃO
0528	THINNER 900 ML.	LATA	200,00	16,51	NÃO
0529	TIJOLO CERAMICO 14 X 19 X 29.	UNIDADE	30.000	2,09	SIM
0530	TIJOLO CERAMICO 14 X 19 X 29.	UNIDADE	10.000	2,09	NÃO
0531	TIJOLO CERAMICO 9 X 19 X 29.	UNIDADE	40.000	1,56	NÃO
0532	TINTA ACRILICA 18 LITROS DIVERSAS CORES SUVINIL OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE.	UNIDADE	200,00	203,54	NÃO
0533	TINTA DE DEMARCAÇÃO SUVINIL 18 LTS OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE.	UNIDADE	100,00	328,25	NÃO
0534	TINTA ESMALTE A BASE DE AGUA GALÃO 3600 OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE. (DIVERSAS CORES).	UNIDADE	100,00	152,41	NÃO
0535	TINTA ESMALTE SINTETICO PARA METAL, MADEIRA GALÃO 3600 SUVINIL OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE.	UNIDADE	100,00	148,43	NÃO
0536	TINTA SPRAY 350 ML CORES DIVERSAS.	UNIDADE	150,00	15,46	NÃO
0537	TOMADA DUPLA 2 X 4 COM PLACA 10	UNIDADE	100,00	14,64	NÃO
0538	TOMADA DUPLA 2 X 4 COM PLACA 20	UNIDADE	150,00	19,66	NÃO
0539	TOMADA EMB. 2P + T C/P 10 A 1314/ 2332	UNIDADE	100,00	7,42	NÃO
0540	TOMADA EXTERNA 2P+T	UNIDADE	200,00	7,78	NÃO
0541	TOMADA INTERNA COM 1 TECLA	UNIDADE	100,00	9,04	NÃO
0542	TOMADA INTERNA COM 2 TECLAS	UNIDADE	100,00	8,64	NÃO
0543	TOMADA INTERNA COM 3 PINOS	UNIDADE	100,00	10,26	NÃO
0544	TOMADA INTERNA COM 3 PINOS 10 AMPERES	UNIDADE	100,00	9,18	NÃO
0545	TOMADA INTERNA COM 3 PINOS DE 20 AMPERES	UNIDADE	100,00	14,13	NÃO
0546	TOMADA SIMPLES 2 X 4 COM PLACA 10 AMP	UNIDADE	200,00	13,01	NÃO
0547	TOMADA SIMPLES 2 X 4 COM PLACA 20 AMP	UNIDADE	200,00	9,76	NÃO
0548	TORNEIRA 3/4 MATERIAL PLÁSTICO PRETA	UNIDADE	200,00	6,98	NÃO
0549	TORNEIRA BICA MOVEL PARA BANCADA PARA PIA COZINHA INOX	UNIDADE	20,00	61,62	NÃO
0550	TORNEIRA BICA MOVEL PARA PAREDE PARA PIA DE COZINHA INOX	UNIDADE	20,00	46,17	NÃO
0551	TORNEIRA BICA MOVEL PARA PIA COM FILTRO MATERIAL EM INOX ½ PARA BANCADA	UNIDADE	20,00	135,22	NÃO
0552	TORNEIRA BICA MOVEL PARA PIA COM FILTRO MATERIAL EM INOX ½ PARA PAREDE	UNIDADE	20,00	137,10	NÃO
0553	TORNEIRA EM AÇO INOX PARA LAVATORIO LABORATORIO NA ÁREA DE SAUDE PÚBLICA ACIONAMENTO ABRE E FECHA PE: TORNEIRA EM AÇO INOX PARA LAVATORIO LABORATORIO NA ÁREA DE SAUDE PÚBLICA ACIONAMENTO ABRE E FECHA PELO USO DO COTOVELO (MANUSEIO)	UNIDADE	10,00	94,40	NÃO
0554	TORNEIRA PARA JARDIM 1/2 ESFERA	UNIDADE	80,00	21,00	NÃO
0555	TORNEIRA PARA JARDIM 3/4 ESFERA	UNIDADE	80,00	20,56	NÃO
0556	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO:	UNIDADE	80,00	49,95	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

0557	TORNEIRA PARA LAVATORIO AUTOMATICA PARA BANCADA	UNIDADE	80,00	79,35	NÃO
0558	TORNEIRA PARA LAVATORIO AUTOMATICA PARA PAREDE	UNIDADE	80,00	83,34	NÃO
0559	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO CRUZETA 1/2	UNIDADE	80,00	57,60	NÃO
0560	TORNEIRA PARA PIA 18 CM 3/4	UNIDADE	80,00	61,28	NÃO
0561	TRANSFORMADOR DE 5000W (AUTO TRANSFORMADOR COM 02 FIOS NA ENTRADA PARA 127 VO: TRANSFORMADOR DE 5000W (AUTO TRANSFORMADOR COM 02 FIOS NA ENTRADA PARA 127 VOLTS E 02 FIOS NA SAÍDA DE 220 VOLTS - OU SEJE ESTE EQUIPAMENTO TRANSFORMA A REDE ELETRICA DE 110 VOLTS PARA 220 VOLTS DE UM LADO DO EQUIPAMENTO; E DO OUTRO LADO TRANSFORMA A REDE ELETRICA DE 110 VOLTS PARA 220 VOLTS DE UM LADO DO EQUIPAMENTO E DE OUTRO LADO TRANSFORMA A REDE.	UNIDADE	15,00	246,63	NÃO
0562	TRINCHA PARA PINTURA 1 POLEGADA.	UNIDADE	100,00	3,51	NÃO
0563	TRINCHA PARA PINTURA 2 POLEGADA.	UNIDADE	100,00	5,51	NÃO
0564	TRINCHA PARA PINTURA 3 POLEGADA.	UNIDADE	100,00	10,52	NÃO
0565	TUBO 50 MM SOLDAREL 6 MT	UNIDADE	100,00	52,70	NÃO
0566	TUBO ÁGUA 1" CLASSE A MATERIAL DE 1ª LINHA	UNIDADE	100,00	99,00	NÃO
0567	TUBO ÁGUA 20 MM CLASSE A MATERIAL DE 1º LINHA	UNIDADE	200,00	10,01	NÃO
0568	TUBO ÁGUA 32 MM CLASSE A MATERIAL DE 1ª LINHA	UNIDADE	100,00	23,75	NÃO
0569	TUBO ÁGUA 40 MM CLASSE A MATERIAL DE 1ª LINHA	UNIDADE	120,00	56,41	NÃO
0570	TUBO DE ÁGUA FRIA MARROM 20 MM 6 MT PN 80 CLASSE 15 CONFORME NORMA ABNT NBR - 5547.	UNIDADE	1.500,00	11,74	NÃO
0571	TUBO DE ÁGUA FRIA MARROM 25 MM 6 MTS PN 80 CLASSE 15 CONFORME NORMA ABNT NBR - 5547.	UNIDADE	1.500,00	19,90	NÃO
0572	TUBO DE ÁGUA FRIA MARROM 32 MM 6 MTS PN 80 CLASSE 15 CONFORME NORMA ABNT NBR - 5547.	UNIDADE	1.000,00	43,30	NÃO
0573	TUBO DE ÁGUA FRIA MARROM 40 MM 6 MTS PN 80 CLASSE 15 CONFORME NORMA ABNT NBR - 5547.	UNIDADE	1.000,00	70,95	NÃO
0574	TUBO DE ÁGUA FRIA MARROM 50 MM 6 MTS PN 80 CLASSE 15 CONFORME NORMA ABNT NBR - 5547.	UNIDADE	1.000,00	71,41	NÃO
0575	TUBO DE ÁGUA FRIA MARROM 60 MM 6 MTS PN 80 CLASSE 15 CONFORME NORMA ABNT NBR - 5547.	UNIDADE	813,00	134,62	SIM
0576	TUBO DE ÁGUA FRIA MARROM 60 MM 6 MTS PN 80 CLASSE 15 CONFORME NORMA ABNT NBR - 5547.	UNIDADE	187,00	134,62	NÃO
0577	TUBO DE ÁGUA FRIA MARROM 75 MM 6 MTS PN 80 CLASSE 15 CONFORME NORMA ABNT NBR - 5547.	UNIDADE	750,00	271,79	SIM
0578	TUBO DE ÁGUA FRIA MARROM 75 MM 6 MTS PN 80 CLASSE 15 CONFORME NORMA ABNT NBR - 5547.	UNIDADE	250,00	271,79	NÃO
0579	TUBO DE ESGOTO 100 MM 6 MTS .	UNIDADE	1.000	60,32	NÃO
0580	TUBO DE ESGOTO 300MM CLASSE A MATERIAL DE 1ª LINHA	UNIDADE	30,00	287,20	NÃO
0581	TUBO DE ESGOTO 40 MM 6 MT .	UNIDADE	500,00	25,66	NÃO
0582	TUBO DE ESGOTO 50 MM 6 MTS .	UNIDADE	500,00	40,95	NÃO
0583	TUBO DE ESGOTO 75 MM 6 MT .	UNIDADE	500,00	68,56	NÃO
0584	TUBO ESGOTO 100 MM CLASSE A MATERIAL DE 1ª LINHA	UNIDADE	50,00	77,03	NÃO
0585	TUBO ESGOTO 150 MM CLASSE A MATERIAL DE 1ª LINHA	UNIDADE	20,00	200,71	NÃO
0586	TUBO ESGOTO 200 MM CLASSE A MATERIAL DE 1ª LINHA	UNIDADE	20,00	322,30	NÃO
0587	TUBO ESGOTO 50 MM CLASSE A MATERIAL DE 1ª LINHA	UNIDADE	40,00	44,70	NÃO
0588	TUBO ESGOTO 75 MM CLASSE A MATERIAL DE 1ª LINHA	UNIDADE	40,00	61,30	NÃO
0589	TUBO LIGAÇÃO PARA VASO	UNIDADE	50,00	14,56	NÃO
0590	TUBO Nº 11 PARA VÁLVULA DE DESCARGA	UNIDADE	50,00	7,34	NÃO
0591	TUBO PARA CAIXA DESCARGA 40MM	UNIDADE	50,00	17,40	NÃO
0592	TUBOS 25MM ÁGUA CLASSE A MATERIAL DE 1ª LINHA	UNIDADE	200,00	11,66	NÃO
0593	VÁLVULA DE DESCARGA DOCOL OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE.	UNIDADE	30,00	103,48	NÃO
0594	VÁLVULA DE DESCARGA HIDRA OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE.	UNIDADE	0,00	151,96	NÃO
0595	VÁLVULA DESCARGA HIDRA OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE.	UNIDADE	30,00	174,30	NÃO
0596	VÁLVULA PARA PIA AMERICANA	UNIDADE	30,00	13,23	NÃO
0597	VASO SANITÁRIO	UNIDADE	30,00	248,68	NÃO
0598	VASO SANITÁRIO COM CAIXA DESCARGA ACOPLADA	UNIDADE	15,00	361,47	NÃO
0599	VEDA ROSCA 25 MT	ROLO	150,00	4,37	NÃO
0600	VERNIZ PARA MADEIRA DIVERSAS CORES SUVINIL 3600 OU PRODUTO COM DESEMPENHO SIMILAR EQUIVALENTE.	UNIDADE	50,00	84,97	NÃO

1.2. O valor máximo de contratação admitido são os especificados na tabela acima.

1.3. O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação será até 12 meses, contados da data de assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DO LIMITE DE DISTÂNCIA – ITENS EXCLUSIVOS ME / EPP.

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS. Porém, nos itens com valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e nos itens correspondentes a conta de 25% (vinte e cinco por cento), de que trata o art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar Federal 123/2006, **serão exclusivos para microempresas, empresas de pequeno porte de que trata a LC 123/2006 sediadas em municípios localizados até 300 KM** de distância do município de Buenópolis – será observado o endereço em KM entre a sede da empresa e a sede da Prefeitura.

A primeira justificativa é que existe ato administrativo municipal (Decreto Municipal 33/2025) editado e publicado para regulamentação do mandamento constitucional de tratamento diferenciado e favorecido em prol das microempresas e empresas de pequeno porte, artigos 146 e 179 da Lei Maior, que foi regrado pelos artigos 42 a 45 e 47 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006. Logo, é objetivo do citado Decreto local estimular o fortalecimento das ME, EPP e entidades equiparadas, conforme regra constitucional.

A segunda justificativa é que no perímetro de distância indicado acima existem várias empresas com capacidade de fornecimento do objeto, podendo-se dizer que os municípios de Belo Horizonte, Sete Lagoas, Curvelo, Montes Claros, Janaúba, Janaúria e Pirapora, dentre outros municípios, possuem várias empresas do ramo com capacidade real.

Terceira justificativa é a necessidade de proximidade do licitante com o local de prestação do objeto que, como se sabe, necessita de atendimento rápido. Está incluso no objeto itens rotineiros nem sempre adquiridos em grande escala, logo, importante e conveniente que os fornecedores não estejam muito longes. Por fim, tem-se que a distância guarda compatibilidade com a razoabilidade.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Para o exercício de 2025 não houve a elaboração do Plano de Contratações Anuais por parte da Administração. O objeto do presente estudo técnico está em consonância com o Orçamento Municipal da secretaria solicitante.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.3. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

3.4. Não se aplica.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

3.5. Não se aplica.

Da exigência de amostra

3.6. Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade

3.7. Não se aplica.

Subcontratação

3.8. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

3.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

3.10. O objeto deverá ser entregue no prazo de **8 (oito) dias úteis**, na garagem da Prefeitura situada na Av. JK, s/n, Bairro Floresta, Buenópolis – MG; ou em outro local situado na zona urbana de Buenópolis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

3.11. contados da solicitação enviada pelo Contratante via e-mail ou outra forma que garanta ciência do contratado, com possibilidade de prorrogação do prazo por mais 5 dias úteis mediante justificativas aceitas pela Administração.

Garantia, manutenção e assistência técnica

3.12. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

3.13. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.14. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.15. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.16. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.17. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

3.18. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

3.19. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.19.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.19.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.19.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.19.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.19.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

3.20. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.20.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

Gestor do Contrato

3.21. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.22. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.23. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.24. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.25. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.26. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.27. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

3.28. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, em até 24 horas, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.29. O objeto poderá ser rejeitado, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.30. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, findado o prazo do recebimento provisório, após a verificação e aceitação do objeto.

3.31. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

3.32. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

3.33. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

3.34. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

Liquidação

3.35. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.

3.36. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

3.36.1. o prazo de validade;

3.36.2. a data da emissão;

3.36.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

3.36.4. o período respectivo de execução do contrato;

3.36.5. o valor a pagar; e

3.36.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

3.37. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

3.38. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

3.39. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

3.40. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.41. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

3.42. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

3.43. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

3.44. Não havendo pagamento no prazo citado, o valor devido será atualizado monetariamente pelo do INPC (IBGE), e acrescido de multa equivalente a 0,2% ao dia, limitado a 2% (dois por cento), que terá como base de cálculo o valor inicial não pago tempestivamente.

Forma de pagamento

3.45. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

3.46. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.47. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.47.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.48. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

3.49. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

3.50. O fornecimento do objeto será **parcelado**.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.51. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 10.881.490,29 (dez milhões, oitocentos e oitenta mil, quatrocentos e noventa reais e vinte e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

3.52. O preço registrado poderá ser alterado ou atualizado em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

3.52.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.52.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

3.52.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

3.52.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.53. Considerando: que *"Em licitação para sistema de registro de preços, não é necessária a indicação, no edital, da dotação orçamentária que lastreará futura e possível contratação, a qual somente será exigida no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil."*, conforme jurisprudência do TCE-MG, (Denúncia 987456 - TRIBUNAL PLENO: 23/9/2020, RELATOR: CONSELHEIRO GILBERTO DINIZ); as futuras aquisições serão realizadas nas dotações orçamentárias vigentes de quaisquer órgãos/entidades da Entidade contratante, independentemente de respectiva indicação na fase interna ou no edital deste processo licitatório.

Buenópolis/MG, 24 de junho de 2025.

Vander Luiz de Moura

Secretário Municipal de Transportes Serviços e Obras Públicas



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO

Processo Licitatório n.º 056/2025 - Pregão Eletrônico n.º 016/2025.

Contrato administrativo n.º. xx/2025.

MUNÍPIO DE BUENOPOLIS, inscrita no CNPJ sob o nº 17.694.852.0001-29, com sede na Rua Ataliba Pereira, 99, Centro, CEP 39.230-000, Buenópolis - MG, neste ato representado pelo **prefeito, Sr. Jose Alves**, CPF: 067.088.386-72, doravante denominada **CONTRATANTE**; e por outro lado, a empresa....., com sede na, inscrita no CNPJ/MF N....., neste ato representada pelo Sr., portador do CPF N....., **E-MAIL INSTITUCIONAL:**, doravante denominada **CONTRATADA**.

Pelo presente contrato as partes acima qualificadas firmam o presente negócio jurídico em razão e na forma do Pregão Eletrônico 016/2025, mediante o disposto na Lei Federal n. 14.133/2021, Decreto Municipal n. 01/2025 e em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO

1.1. Fazem parte integrante do presente contrato, independente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico 016/2025, da Prefeitura Municipal de Buenópolis, seus anexos, a proposta da Contratada e todos os demais documentos referentes ao objeto deste negócio jurídico.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente contrato a **contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção em geral, em atendimento às secretarias municipais do Município de Buenópolis/MG**, conforme segue:

2.2. Toda e qualquer alteração no objeto deste negócio jurídico será efetivada mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor deste contrato é de R\$ ~~xxxxxxx~~.

2.2. O **CONTRATANTE** poderá acrescentar ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais, na forma da Lei 14.133/2021, em especial do seu art. 125.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O presente instrumento terá vigência até 12 meses do exercício vigente, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento do lance será efetivado nos termos do Anexo I deste Edital. Não havendo pagamento no prazo citado, o valor devido será atualizado monetariamente pelo do INPC (IBGE), e acrescido de multa equivalente a 0,2% ao dia, limitado a 2% (dois por cento), que terá como base de cálculo o valor inicial não pago tempestivamente.

4.2. O Município vai aplicar as Instruções Normativas RFB nº. 1.234/2012 e nº. 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil. A nota fiscal deverá indicar o valor/percentual do IR na forma do Anexo I da IN RFB nº. 1.234/2012; havendo indicação de valor incorreto na NF, o Município procederá, de ofício, a retenção em conformidade com a IN RFB nº. 1.234/2012.

4.3. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da Contratada, observado a ampla defesa.

4.4. O Contratante poderá sustar / suspender a execução contratual nas seguintes situações:

- a) A Contratada deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Contratante nos termos do presente edital;
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a Contratada atenda à cláusula infringida;
- c) A Contratada retarde indevidamente a execução do objeto contratado;
- d) Débito da Contratada para com o Contratante, quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos; e
- e) Nas demais hipóteses previstas neste Edital/anexos e na Lei Federal 14.133/2021 e respectiva regulamentação indicada neste instrumento convocatório.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1. Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por: I - Reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, corrigidos monetariamente pelo INPC (IBGE)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental, a contar da data do orçamento estimado ou do último reajuste. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental, ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

II - Repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos”.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

7.1. Obrigações da Contratada. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes do edital/anexos do processo licitatório, obriga-se, ainda, a Contratada:

7.1.1. Manter e-mail institucional devidamente atualizado para o recebimento de contrato e demais atos oficiais do Contratante.

7.1.2. Efetuar a entrega/ do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao Contratante, **conforme termo de referência anexo ao edital do processo licitatório.**

7.1.3. Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

7.1.4. O recebimento do objeto será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

7.1.5. O pedido de prorrogação de prazo para entrega do(s) objeto(s) somente será conhecido pelo Contratante caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

7.1.6. Garantir o(s) produto (s) contra defeitos de fabricação e também contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

7.1.7. Fornecer produto(s) com boa qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam.

7.1.8. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local indicado no Município de Buenópolis, conforme quantitativos do(s) produto (s) adjudicado(s), tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

7.1.9. Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, o(s) produto (s) que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento. Exceto, quando pela natureza do bem, origem do(s) produto(s) e logística de sua entrega, for impossível substituir no prazo de 05 (cinco) dias, podendo o **CONTRATANTE** conceder prazo maior.

7.1.10. Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.

7.1.11. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetua-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, inclusive prevenção contra intempéries durante o transporte.

7.1.12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

7.1.13. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

7.1.14. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.15. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

7.1.16. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

7.1.18. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração;

7.1.19. Proceder conforme o princípio da boa-fé objetiva, atendendo as justas expectativas da outra parte contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Constituem obrigações do Contratante, além da constante do art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas no Edital.
- 8.2. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os produtos do objeto deste Contrato;
- 8.3. Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;
- 8.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;
- 8.5. Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Edital e no Instrumento Contratual;
- 8.6. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato;
- 8.7. Proceder conforme o princípio da boa-fé objetiva, atendendo as justas expectativas da outra parte contratante.

CLAUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1. A entrega dos produtos e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo Contratante que exercerá ampla gestão e fiscalização ante a fornecimento dos produtos, objeto desta Ata de Registro de Preços, por si, ou por terceiros indicados, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega/prestação do mesmo e apresentação de fatura, notificando a empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.
- 9.2. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Contratante e terá as seguintes atribuições:
- a) Receber os produtos, verificando a sua conformidade com as especificações deste edital/anexos da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;
 - b) Assegurar à empresa vencedora acesso as suas dependências, por ocasião da entrega do objeto;
 - c) Agir e decidir em nome do Contratante, inclusive para rejeitar o objeto fornecido/executado em desacordo com as especificações exigidas;
 - d) Coletar, se julgar necessário, amostra de todos os itens, para realização de análise;
 - e) Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição dos produtos;
 - f) Certificar a Nota Fiscal após a verificação da perfeita compatibilidade entre o objeto entregue;
 - g) Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
 - h) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;
 - i) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;
 - j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;
 - k) Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do **CONTRATANTE**;
 - l) No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO

10. A extinção contratual poderá ser:

- I - Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nas hipóteses dos artigos 137 e seguintes da Lei 14.133/2021 e/ou pelo descumprimento deste contrato;
- II - Amigável na forma de distrato, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**;
- III - Judicial, nos termos da legislação;
- IV - Automaticamente pelo transcurso do cumprimento do prazo avençado;
- V - Unilateralmente pelo Município mediante fundamentação, nos casos previstos na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas poderá acarretar, após ampla defesa, as seguintes sanções:

- a) Advertência pelo atraso de até cinco dias úteis, e sem prejuízo da entrega do objeto.
- b) Multa de 3% até 10% do valor total da ordem de fornecimento ou instrumento similar para o caso de atraso superior a cinco dias úteis ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- c) Multa de 5% até 10% do total da ordem de fornecimento ou instrumento similar para o caso de execução imperfeita do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

d) Multa de 7% até 15% sobre o valor total ordem de fornecimento ou instrumento similar, se deixar de entregar o produto, se não prestar o serviço o serviço, ou se não executar a obra a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/2021;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021.

11.2. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências serem analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/2021, em especial aos artigos 155 a 163.

11.3. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.4 - EXTENSÃO DAS PENALIDADES

11.4.1 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o **CONTRATANTE** poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

11.4.1.1 - Retardarem a execução da licitação;

11.4.1.2 - Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

11.4.1.3 - Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO

12.1. A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

13.1. O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/21, princípios e regras do Direito Público, regulamento e disposições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 016/2025, Processo Licitatório nº 056/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Buenópolis - MG. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

Buenópolis-MG, ---- de ----- de

Prefeitura Municipal de Buenópolis/MG

Testemunha

CPF ou RG:

CPF ou RG:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

ANEXO III - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 056/2025 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 016/2025

MUNÍPIO DE BUENOPOLIS, inscrita no CNPJ sob o nº 17.694.852.0001-29, com sede na Rua Ataliba Pereira, 99, Centro, CEP 39.230-000, Buenópolis - MG, neste ato representado pelo prefeito **Jose Alves**, CPF: 067.088.386-72, brasileiro, doravante denominada **CONTRATANTE**; e por outro lado a empresa, com sede na....., inscrita no CNPJ/MF N....., neste ato representada pelo Sr....., portador do CPF N....., **E-MAIL INSTITUCIONAL:**, doravante denominada **CONTRATADA**.

Pela presente Ata de Registro de Preços entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada a contratação do objeto do Pregão eletrônico --/2025, mediante o disposto na Lei Federal n. 14.133/2021 e Decreto Municipal 01/2025, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO

1.1. Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico 016/2025 da Prefeitura Municipal de Buenópolis, seus anexos, a proposta da Contratada e todos os demais documentos referentes ao objeto deste negócio jurídico.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente instrumento o registro de empresa para fornecimento de materiais de construção em geral, em atendimento às secretarias municipais do Município de Buenópolis/MG

2.2. A prestação do objeto deve ocorrer em conformidade com o Edital/anexos do respectivo processo licitatório, sempre com observância do princípio da boa-fé objetiva.

2.3. Toda e qualquer alteração no objeto deste negócio jurídico será efetivada mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO REGISTRADO

3.1. Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

3.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

3.3. No preço contratado estão incluídas todas as despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis ao completo fornecimento dos produtos.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos necessários ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta do recurso indicado na ordem de compra.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO.

5.1. O objeto desta licitação deverá ser entregue no local a ser indicado quando da solicitação;

5.2. Forma e prazo de entrega: O objeto deverá ser entregue no prazo de **8 (oito) dias úteis** contados da solicitação enviada pelo Contratante via e-mail ou outra forma que garanta ciência do contratado, com possibilidade de prorrogação do prazo por mais 5 dias úteis mediante justificativas aceitas pela Administração.

5.3. O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

5.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

5.5. Ao Contratante reserva-se o direito de não aceitar os produtos que estiverem em desacordo com o previsto no edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades previstas na Lei Federal 14.133/2021;

5.6. A entrega do objeto deverá ocorrer em conforme estimativa realizada no instrumento convocatório e programação da Contratante;

5.7. Constatadas irregularidades na execução do objeto licitado, a Contratante poderá:

I - Se disser respeito à especificação, a Administração Municipal poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

II - Na hipótese de substituição, a empresa contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, art. 33, § 2º, do **Decreto Municipal 01/2025**.

6.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante consulta prévia para manifestação sobre a possibilidade de adesão e autorização do Órgão Gerenciador, inclusive quanto ao quantitativo, e desde que submetida à anuência do fornecedor beneficiário, o qual deve optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrentes da adesão, conforme a Lei 14.133/2021, especialmente seu art. 86.

6.3. A vigência dos contratos decorrentes do presente Sistema de Registro de Preços será definida nos respectivos instrumentos, observado o disposto nos artigos 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

6.4. O pedido de prorrogação de prazo para execução do objeto somente será deferido mediante prévia fundamentação.

6.5. Se a Contratada deixar de executar o objeto dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Obrigações da Contratada. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes do edital/anexos do processo licitatório, obriga-se, ainda, a Contratada:

7.1.1. Manter e-mail institucional devidamente atualizado para o recebimento de contrato e demais atos oficiais do Contratante.

7.1.2. Efetuar a entrega/ do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao Contratante.

7.1.3. Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

7.1.4. O recebimento do objeto será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

7.1.5. O pedido de prorrogação de prazo para entrega do(s) objeto(s) somente será conhecido pelo Contratante caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

7.1.6. Garantir o(s) produto (s) contra defeitos de fabricação e também contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

7.1.7. Fornecer produto(s) com boa qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam.

7.1.8. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local indicado no Município de Buenópolis, conforme quantitativos do(s) produto (s) adjudicado(s), tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

7.1.9. Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, o(s) produto (s) que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento. Exceto, quando pela natureza do bem, origem do(s) produto(s) e logística de sua entrega, for impossível substituir no prazo de 05 (cinco) dias, podendo o **CONTRATANTE** conceder prazo maior.

7.1.10. Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

7.1.11. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar a de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, inclusive prevenção contra intempéries durante o transporte.

7.1.12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

7.1.13. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

7.1.14. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.15. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

7.1.16. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

7.1.18. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração;

7.1.19. Proceder conforme o princípio da boa-fé objetiva, atendendo as justas expectativas da outra parte contratante.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Constituem obrigações do Contratante, além da constante do art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas no Edital.

8.2. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os produtos do objeto deste Contrato;

8.3. Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

8.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;

8.5. Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Edital e no Instrumento Contratual;

8.6. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato;

8.7. Proceder conforme o princípio da boa-fé objetiva, atendendo as justas expectativas da outra parte contratante.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A entrega dos produtos e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo Contratante que exercerá ampla gestão e fiscalização ante ao fornecimento dos produtos, objeto desta Ata de Registro de Preços, por si, ou por terceiros indicados, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando a empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

9.2. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Contratante e terá as seguintes atribuições:

a) Receber os produtos, verificando a sua conformidade com as especificações deste edital/anexos e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;

b) Assegurar à empresa vencedora acesso as suas dependências, por ocasião da entrega do objeto;

c) Agir e decidir em nome do Contratante, inclusive para rejeitar o objeto fornecido/executado em desacordo com as especificações exigidas;

d) Coletar, se julgar necessário, amostra de todos os itens, para realização de análise;

e) Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do produto;

f) Certificar a Nota Fiscal após a verificação da perfeita compatibilidade entre o objeto entregue;

g) Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;

h) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;

i) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;

j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;

k) Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do **CONTRATANTE**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

1) No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento do lance será efetivado nos termos do Anexo I deste Edital. Não havendo pagamento no prazo citado, o valor devido será atualizado monetariamente pelo do INPC (IBGE), e acrescido de multa equivalente a 0,2% ao dia, limitado a 2% (dois por cento), que terá como base de cálculo o valor inicial não pago tempestivamente.

10.2. O Município vai aplicar as Instruções Normativas RFB nº. 1.234/2012 e nº. 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil. A nota fiscal deverá indicar o valor/percentual do IR na forma do Anexo I da IN RFB nº. 1.234/2012; havendo indicação de valor incorreto na NF, o Município procederá, de ofício, a retenção em conformidade com a IN RFB nº. 1.234/2012.

10.3. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da Contratada, observado a ampla defesa.

10.4. O Contratante poderá sustar / suspender a execução contratual nas seguintes situações:

- a) A Contratada deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Contratante nos termos do presente edital;
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a Contratada atenda à cláusula infringida;
- c) A Contratada retarde indevidamente a execução do objeto contratado;
- d) Débito da Contratada para com o Contratante, quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos; e
- e) Nas demais hipóteses previstas neste Edital/anexos e na Lei Federal 14.133/2021 e respectiva regulamentação indicada neste instrumento convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO

11.1. Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por: I - Reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, corrigidos monetariamente pelo INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental, a contar da data do orçamento estimado ou do último reajuste. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental, ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

II - Repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos".

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas poderá acarretar, após ampla defesa, as seguintes sanções:

- a) Advertência pelo atraso de até cinco dias úteis, e sem prejuízo da entrega do objeto.
- b) Multa de 3% até 10% do valor total da ordem de fornecimento ou instrumento similar para o caso de atraso superior a cinco dias úteis ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- c) Multa de 5% até 10% do total da ordem de fornecimento ou instrumento similar para o caso de execução imperfeita do objeto.
- d) Multa de 7% até 15% sobre o valor total ordem de fornecimento ou instrumento similar, se deixar de entregar o produto, se não prestar o serviço o serviço, ou se não executar a obra a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/2021;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021.

12.2. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências serem analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/2021, em especial aos artigos 155 a 163.

12.3. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

12.4 - EXTENSÃO DAS PENALIDADES

12.4.1 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o **CONTRATANTE** poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

12.4.1.1 - Retardarem a execução da licitação;

12.4.1.2 - Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

12.4.1.3 - Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

13.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

13.1.1. Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;

13.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

13.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.

13.2. O cancelamento do Registro, após ampla defesa, será formalizado por decisão da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

13.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

14.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, edital/anexos do processo licitatório e supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

14.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante consulta prévia para manifestação sobre a possibilidade de adesão e autorização do Órgão Gerenciador, inclusive quanto ao quantitativo, e desde que submetida à anuência do fornecedor beneficiário, o qual deve optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrentes da adesão, conforme a Lei 14.133/2021, especialmente seu art. 86.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro de Buenópolis-MG, para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Buenópolis-MG, ---- de ----- de

Prefeitura Municipal de Buenópolis/MG

Testemunha

CPF ou RG:

CPF ou RG:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

ANEXO IV - OPCIONAL NO PREGÃO ELETRÔNICO Modelo de Proposta

Processo Licitatório nº. 56/2025 - Pregão Eletrônico nº. 16/2025.

Destinatário: Município de Buenópolis - MG.

A empresa xxx, CNPJ nº. xxxx, e-mail xxxxx, telefone xxxxxx, com endereço na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, vem apresentar sua proposta nos seguintes termos:

O proponente declara estar ciente e de acordo com o edital e respectivos anexos do Processo Licitatório, inclusive quanto as seguintes regras:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UND	MARCA/MODELO	VALOR UNT	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL DOS ITENS.....						

I - O objeto desta licitação deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de Buenópolis, localizado na Rua Ataliba, 99, bairro Centro, CEP 39.230-000, Buenópolis - MG, ou em outro local a ser indicado quando da solicitação;

II - Forma e prazo de entrega: O objeto deverá ser entregue no prazo de **8 (oito) dias úteis** contados da solicitação enviada pelo Contratante via e-mail ou outra forma que garanta ciência do contratado, com possibilidade de prorrogação do prazo por mais 5 dias úteis mediante justificativas aceitas pela Administração.

III - Ao Contratante reserva-se o direito de não aceitar os produtos que estiverem em desacordo com o previsto no edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades previstas na Lei Federal 14.133/2021;

IV - A entrega do objeto deverá ocorrer em conforme estimativa realizada no instrumento convocatório e programação da Contratante;

V - Constatadas irregularidades na execução do objeto licitado, a Contratante poderá:

VI - Se disser respeito à especificação, a Administração Municipal poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

VII - Na hipótese de substituição, a empresa contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação;

VIII - Vigência desta proposta: 60 dias.

Local / Data

Nome do proponente



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS

Rua Ataliba Pereira, nº. 99, Centro - CEP 39.230-000

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 17.694.852/0001-29

ANEXO V – DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao município de Buenópolis

Pregão Eletrônico: 016/2025 - Processo: 056/2025

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção em geral, em atendimento às secretarias municipais do Município de Buenópolis/MG.

Eu, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita sob o CNPJ de nº XXXXXXXXXXXX, DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa:

1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
5. Organizada em cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
6. Enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXX de 20XX.

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL)

CPF nº: XXX.XXX.XXX-XX